



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA**

ALBERTINO SUNTÉ INDI

O GUINEENSE É UMA LINGUA OU UM DIALETO?

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

ALBERTINO SUNTÉ INDI

O GUINEENSE É UMA LINGUA OU UM DIALETO?

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras – Licenciatura - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Orientadora: Profa. Dra. Manuele Bandeira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2019

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

I34g

Indi, Albertino Sulté.

O guineense é uma língua ou um dialeto? / Albertino Sulté Indi. - 2019.
58 f. : il. mapas, color.

Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Manuele Bandeira de Andrade Lima.

1. Língua guineense - Estudo e ensino. 2. Língua portuguesa - Africanismos - Estudo e
ensino. 3. Linguagem e Educação - Guiné-Bissau. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 469.796657

ALBERTINO SUNTÉ INDI

O GUINEENSE É UMA LINGUA OU UM DIALETO?

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras - Licenciatura - Língua Portuguesa do Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em Letras.

Aprovado em: 28 de março de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Manuele Bandeira (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Prof. Dra. Shirley Freitas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Prof. Dra. Lídia Lima

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - UNILAB

Aos meus pais, Nsumté Indi e Ndoigui Có

E aos meus príncipes, Ebenezer Mialber Indi e
Josias Mialber Indi.

Até aqui o **SENHOR** me ajudou!

AGRADECIMENTOS

Este trabalho se beneficiou enormemente do suporte de muitas pessoas e instituições. Desse modo, agradeço:

A DEUS de Abrão, Jaque e Jaco, DEUS de Israel, o criador do céu e da terra! Deus de Demna, Onhagra, Ampangue, Nghué, Abar, Nthala, Sitna, Sifna, Cuta, Djenaba DEUS de Ondam.

A minha orientadora, Prof. Dra. Manuele Bandeira de Andrade Lima, por tudo! Não tenho palavras suficientes para agradecer a esta mulher, pelo carinho, paciência, cuidado, experiência e amor. Sou grato por tudo, não só pela forma como este trabalho foi feito graças a ela, mas, sobretudo, como ela desempenhou um papel que vai além de uma orientadora. Minha gratidão! Que Deus do céu lhe recompense!

As minhas famílias, meus irmãos e minhas irmãs por tudo que têm feito para mim, agradeço a todos e todas!

A minha sábia mulher, Njinande, aquela que o Senhor separou para mim!

Aos meus amigos e minhas amigas, minhas colegas e meus colegas, meu muito obrigado!

A Dr Marciano Indi, meu irmão que outrora considero como tio, por ter contribuído de forma significativa na minha vida acadêmica.

A minha igreja, meus pastores e todos os irmãos e irmãs em Cristo! Pelas vossas intercessões por mim e outros.

Ao meu sogro e minha sogra, meus cunhados e minhas cunhadas, meus agradecimentos!

A Prof. Dra. Shirley Freitas Sousa, por tudo que aprendi com ela sobre as políticas linguísticas e sobretudo pelo seu trabalho sobre as línguas crioulas, do qual o guineense faz parte.

Aos queridos docentes, técnicos, alunos, servidores da Unilab.

Ao Brasil e todos os brasileiros e brasileiras que conheci, se não fosse por este país, este meu sonho estaria ainda distante de ser realizado. Minha gratidão!

À todos e todas que fizeram parte da entrevista deste trabalho.

Ainda que eu tenha recebido comentários e sugestões, saliento que quaisquer equívocos ou inadequações que aparecerem no decorrer deste trabalho são de minha inteira responsabilidade.

“SIÑOR i ña bakiadur, nada ka na faltan. I ta pun pa ndita na paja verdi, i ta gian pa yagu susegadu. I ta arnoba vida dentro di mi, i ta gian pa kamiñu sertu. Nin si n yanda na kobon di sombra di mortu, nka sinti medu di mal, pabia bu sta ku mi bu manduku ku bu po di sakur ta dan korazen. Bu ta purpara um festa ña danti nunde ku ña inimigu pudi ojan, bu ta unta ña kabesa ku azeiti, bu ta inci ña kopu tok i darma. Nsibi kuma bu bondadi ku amor na kumpañan tudu dias di ña vida; na mora na kasa di SIÑOR pa tudu ña vida”. (SALMU, 23:1-6).

“O SENHOR é o meu pastor; de nada terei falta. Em verdes pastagens me faz repousar e me conduz a águas tranqüilas; Restaura-me o vigor. Guia-me nas veredas da justiça por amor do seu nome. Ainda que eu andasse pelo vale da sombra da morte, não temeria mal algum, porque tu estás comigo; a tua vara e o teu cajado me consolam. Preparas uma mesa perante mim na presença dos meus inimigos, unges a minha cabeça com óleo, o meu cálice transborda. Certamente que a bondade e a misericórdia me seguirão todos os dias da minha vida; e habitarei na casa do Senhor por longos dias”. (SALMOS, 23:1-6)

RESUMO

A língua de um povo pode ser uma demonstração de sua cultura, sendo também um símbolo de identidade carregada de história da sua população, ou seja, é um dos principais instrumentos na formação cultural, pois nos permite transcender a nossa experiência. Todavia, ridicularizar a língua de um povo pode se traduzir em ataque a sua identidade. A pesquisa empreendida consiste em apresentar reflexões sobre o conceito de língua, dialeto e a diferença entre ambas as noções, tendo como enfoque especial o guineense, língua nacional e crioula de Guiné-Bissau. Desse modo, o estudo buscou, considerando as abordagens sobre línguas crioulas e as principais teorias que discutem a sua gênese, observar inicialmente as dificuldades linguísticas outrora vivenciadas pelos estudantes guineenses no tocante à educação escolar na Guiné-Bissau. Tais dificuldades têm sido obstáculos para o sucesso escolar dos guineenses, tendo em conta a adoção da língua portuguesa como a única para o sistema de ensino do país, mesmo minoritariamente falada. Com a finalidade de se chegar ao objetivo geral, por meio de pesquisa de campo, foram aplicadas entrevistas com questionários referentes ao guineense, a fim de verificar como vinte interlocutores, estudantes da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, *campus* Malês, concebem o guineense. Os resultados dos dados obtidos apontam que os estudantes, em sua maioria, referem-se ao crioulo mencionado como dialeto, por isso adotá-lo no sistema de ensino não seria viável para a maioria dos entrevistados. Desse modo, a presente pesquisa pretendeu lançar luzes para a identificação dos fatores condicionantes da visão do guineense como dialeto, assumido pelos seus falantes, estudantes da UNILAB, *campus* Malês. Por conseguinte, a pesquisa almeja colaborar para a discussão de uma perspectiva linguística mais diversa e inclusiva acerca do guineense, considerando a realidade sociolinguística do país.

Palavras-chaves: Língua guineense - Estudo e ensino. Língua portuguesa - Africanismos - Estudo e ensino. Linguagem e Educação - Guiné-Bissau.

ABSTRACT

The language of a people can be a demonstration of their culture, being also a symbol of identity charged with the history of its population, that is, it is one of the main instruments in cultural formation, because it allows us to transcend our experience. However, ridiculing the language of a people can translate into attacking their identity. The research consists in presenting reflections on the concept of language, dialect and the difference between the two notions, with Guinean, the national and Guiné-Bissau creole as a special focus. In this way, the study sought, considering the approaches on creole languages and the main theories that discuss their genesis, to initially observe the linguistic difficulties that Guinean students once experienced in school education in Guinea-Bissau. These difficulties have been obstacles to the success of the Guinean school, taking into account the adoption of the Portuguese language as the only one for the country's education system, even though it is a minority language. In order to reach the general objective, through field research, interviews with Guinean questionnaires were applied in order to verify how twenty interlocutors, students from the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony, Malês campus, conceive the Guinean. The results of the obtained data indicate that the students, in the majority, refer to the Creole mentioned as dialect, so to adopt it in the education system would not be feasible for the majority of the interviewees. Thus, the present research aimed to shed light on the identification of the factors conditioning the Guinean vision as a dialect, assumed by its speakers, UNILAB students, the Maltese campus. Therefore, the research aims to contribute to the discussion of a more diverse and inclusive linguistic perspective on the Guinean, considering the sociolinguistic reality of the country.

Keywords: Guinean language - Study and teaching. Language and Education - Guinea-Bissau. Portuguese language - Africanisms - Study and teaching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Geografia da Guiné-Bissau	34
Quadro 1	Informações sociais dos informantes entrevistados	44
Tabela 1	“Qual a importância do guineense na sua vida cotidiana?”	46
Tabela 2	“O que o guineense representa para você?”	46
Tabela 3	“Você acha que o guineense deveria ser uma língua usada na escola, sendo também uma disciplina curricular? Por quê?”	47
Tabela 4	“Como falante do guineense, você se considera um falante de uma língua ou de um dialeto? Por quê?”	48
Tabela 5	“Quantas e quais línguas você fala? Qual você usa mais? Em que situações você usa cada língua?”	49
Tabela 6	“De que maneira você aprendeu o português e o guineense?”	50
Tabela 7	“Na sua opinião, que língua pode te ajudar mais na sua vida profissional?”	51
Tabela 8	“Para você, que língua é mais valorizada na Guiné-Bissau?”	52

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	CONCEITOS DE LÍNGUA E DIALETO	15
2.1	CONCEPÇÕES DE LÍNGUA.....	15
2.2	CONCEPÇÕES DE DIALETO.....	17
2.3	LÍNGUA E DIALETO.....	20
3	LÍNGUA CRIOLA: NOÇÕES GERAIS	26
4	GUINÉ-BISSAU: BREVE PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO E LINGUÍSTICO	34
4.1	GÊNESE DO GUINEENSE.....	38
4.2	CONCEPÇÕES DE LÍNGUA E DIALETO COM RELAÇÃO AO GUINEENSE.....	38
4.3	A CONCEPÇÃO DOS GUINEENSES SOBRE A SUA LÍNGUA.....	41
5	ANÁLISE DOS DADOS	43
5.1	OS QUESTIONÁRIOS E SUAS APLICAÇÕES.....	45
5.2	ANÁLISES DAS RESPOSTAS.....	45
5.3	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
	REFERÊNCIAS	56

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa busca evidenciar os preconceitos linguísticos sobre a língua nacional da Guiné-Bissau, o guineense (também conhecido como *kryiol*), discutindo os fatores principais que colaboram para isso mesmo sendo difícil a desconstrução das ideologias eurocêntricas sobre as línguas que surgiram a partir do contato (em especial, as línguas crioulas), causado pela colonização europeia na África. Nesse sentido, é de grande importância a desconstrução dessas ideias preconceituosas, que estão no seio das sociedades de países africanos, vítimas da exploração europeia.

A motivação para escolha do tema se baseia na minha experiência, pois vivi, desde a minha alfabetização até o dia de hoje na faculdade. Enfrentei dificuldades no aprendizado formal do português, tendo em vista que precisei aprender a ler e a escrever numa língua que não conhecia, sendo que a minha língua materna, o papel, não é considerada como uma língua por muitos guineenses. Um corpo de estudos tem tratado a respeito da temática, por essa razão, esses trabalhos contribuíram para a minha compreensão do que é de fato uma língua e do que é um dialeto, e conseqüentemente, contribuíram para diluírem o meu preconceito linguístico sobre as línguas crioulas, especificamente a da Guiné-Bissau. Todas as dificuldades linguísticas que vivenciei no meu processo escolar não foram diferentes daquelas enfrentadas pela maioria dos guineenses no ensino escolar na Guiné-Bissau. Diante disso, buscamos discutir os possíveis impactos do preconceito linguístico sofrido pelos falantes de línguas nativas africanas no cenário lusófono, em geral, e pelos falantes de línguas crioulas em particular.

A questão que norteia esta pesquisa é: como o guineense concebe a sua língua nacional? Segundo Scantamburlo (2013: 30), com o movimento da libertação nacional, o guineense (língua nacional) superou a fase de inferioridade face ao português, tornando-se principal meio de comunicação adequado entre os antigos combatentes da liberdade da pátria. Desse modo, o guineense passou a ser um dos recursos mais importante da luta de independência e de unidade nacional, mas será que os guineenses se apropriam da vantagem dessa língua? Faz sentido a adoção do guineense no ensino guineense? Para os guineenses, o guineense ainda é entendido como um dialeto tipicamente africano, sem estrutura, como “português mal falado”? Devido à experiência que vivenciamos com os guineenses na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), *campus* do Malês, partimos da hipótese de que a maioria dos entrevistados sabe muito pouco sobre a sua língua, talvez porque não há pesquisas desenvolvidas sobre ela dentro das academias

guineenses. Adicionalmente, o próprio Estado guineense não tem interesse em criar propostas que tenham como objetivos suprir a necessidade logística no ensino guineense.

Nas zonas rurais na Guiné-Bissau muitas crianças e adultos abandonam escola por motivo de ordem linguística, em razão de não ter outra pessoa na sua realidade familiar que fale a língua que aprendem de forma mecânica na escola. Portanto torna-se difícil a resolução das tarefas para casa que são atribuídas pelos professores. De acordo com Sampa (2015: 4), o sistema de ensino é adversamente afetado pelo complexo problema do idioma, currículo inadequado, pobre preparação dos professores, falta de material de instrução e uma infraestrutura escolar deficiente. Além de uma supervisão inadequada que também contribui para a baixa qualidade e eficácia interna. Por ter o português como a única língua do ensino, as crianças são alfabetizadas em português, e não em sua língua materna.

As dificuldades linguísticas que são vivenciadas no sistema de ensino na Guiné-Bissau acima supracitadas e a necessidade de superar essa situação linguística, por si só, já são indicativas de extrema importância para a discussão da realidade vivenciada por guineenses, sobretudo no sistema educacional. O intuito deste trabalho é expor e discutir essas dificuldades pelo menos a partir da perspectiva de alguns guineenses que estudam na UNILAB-Malês. Portanto, como objetivo geral, o estudo busca analisar as dificuldades linguísticas outrora vivenciadas pelos estudantes guineenses no tocante à educação escolar na Guiné-Bissau, compreendidas como obstáculos para o sucesso escolar, tendo em conta a adoção de língua portuguesa como língua oficial e única para o ensino do país, mesmo minoritariamente falada. Ademais, objetivamos, com o trabalho: i. expor os preconceitos linguísticos sobre a língua nacional guineense; ii. compreender os fatores que colaboram para tal preconceito; iii. refletir sobre a importância do guineense para o ensino e para a realidade dos guineenses; e iv. contribuir com pesquisas sobre a mencionada língua.

Por meio de pesquisa de campo, foram aplicados oito questionários sobre o guineense a fim de verificar, inicialmente, qual a concepção dos guineenses sobre a sua língua. O público-alvo selecionado para ser informante foram os estudantes guineenses de curso de bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

A pesquisa contou com a colaboração de estudantes de primeiro e segundo semestre, a saber: 15 do primeiro semestre e 5 do segundo semestre totalizando 20 informantes. Observamos também o comportamento dos informantes no momento em que respondiam os questionários e essas impressões foram anotadas para comporem parte da análise dos dados coletados.

Além disso, utilizamos a pesquisa bibliográfica a fim de entender se o guineense é uma língua ou um dialeto, assim como refletir sobre a hipótese da sua gênese. Também buscamos embasamentos teóricos para problematizar a concepção do guineense como dialeto, português ‘mal falado’, ‘língua misturada’, língua ‘pobre’ de morfologia, dentre outros rótulos.

A pesquisa apoia-se nas contribuições teóricas (SAUSSURE; 1975; PERINI (1985); CUNHA & CINTRA; 1985; BECHARA; 2001; SARMENTO; 2005; NASI; 2007; RODRIGUES; 2008; COUTINHO; 2011; dentre outros) a fim de apresentar as abordagens contributivas sobre o conceito básico de língua, dialeto e a diferença entre uma língua e dialeto, além de noções gerais sobre as línguas crioulas e a sua emergência. A pesquisa buscou também explorar teorias e estudos para compreender o caminho do preconceito linguístico sobre as línguas crioulas que chegou aos próprios interlocutores guineenses em relação à concepção de sua língua nacional como um dialeto.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos. O primeiro apresenta as abordagens sobre o conceito de língua e dialeto, assim como a diferença que existe entre os mesmo. O segundo capítulo apresenta as noções gerais sobre as línguas crioulas, com ênfase em teorias e estudos que abordam a sua gênese, buscando entender quando considerar uma língua como crioula. O terceiro capítulo traz abordagens sobre o guineense, principais hipóteses sobre a sua gênese e concepções gerais dos guineenses sobre a sua língua. O quarto e último capítulo apresenta a descrição do contexto pela qual a pesquisa de campo foi realizada, apresentando os dados coletados, com ênfase em algumas respostas dos questionários relevantes dos informantes e análises dessas informações. Por fim, apresentamos as considerações do trabalho.

2 CAPÍTULO 1: CONCEITOS DE LÍNGUA E DIALETO

Neste primeiro capítulo, vamos trazer uma abordagem sobre conceitos de língua, dialeto e as suas diferenças. Essa é uma discussão epistemológica que necessita ser desenvolvida a fim de se buscar uma compreensão da temática, pois existem muitas concepções de maneira que a conceituação de língua, de dialeto e a diferença que há entre as mesmas não são consensuais. Tendo em conta o avanço teórico de estudos linguísticos, não é suficiente uma definição ou um conceito sobre o que realmente é uma língua ou do que é realmente um dialeto, ou seja, não há uma única definição para ambos, que seja irretocável para as outras perspectivas teóricas. Por essa razão, buscaremos trazer um panorama geral sobre os conceitos de língua e dialeto.

2.1 CONCEPÇÃO DE LÍNGUA

De acordo com Rodrigues (2008: 7), “o linguista estava preocupado em observar a linguagem com vigor científico, o que o levou a definir como objeto a língua, percebendo o seu carácter social e complexo”. Ferdinand Saussure, considerado o pai da linguística moderna, por sua vez, compreende a língua como um sistema de valores. Segundo Saussure, “A língua é um sistema cujas partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (SAUSSURE, 1975: 96).

Saussure considerou a língua como um sistema de signos ou uma estrutura interna que opera em uma determinada comunidade, de maneira que os homens desta comunidade dispõem deste sistema de signos para materializar os seus pensamentos, manifestarem suas ideias e dar sentidos para as coisas e os fenômenos. A comunidade ou indivíduo por si só não pode nem criar, nem modificar o sistema, pois a língua é exterior ao indivíduo: “Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (SAUSSURE, 2006: 22).

Para Saussure (2008: 230), “a língua é um traje coberto de remendos e feitos de seu próprio tecido”. De acordo com o linguista demonstra a língua é um sistema vivo e que está em mutação constante. Também, cada elemento que faz parte deste sistema não se define por si só, isoladamente, sem que haja uma relação com o outro, nem há sequer um dos elementos do sistema que seja desprovido da relação recíproca, pois cada um só pode ser definido em relação ao outro.

Saussure (2006) argumenta que a língua é um fato social diferentes dos outros fatos sociais humanos, pois as instituições políticas, jurídicas e outros não apresentam a mesma característica da língua, de modo que a língua é um produto social:

[...] não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos (SAUSSURE, 2006: 17).

Na perspectiva do linguista, a língua ainda é tida como o sistema de valores, que é o fato social, aquilo que une uma sociedade, ou seja, aquilo que através de um acordo representa e que controla os aspetos de interação duma sociedade. Neste sentido, Saussure (2006: 22) procurou demonstrar que: “a língua é a parte social da linguagem, exterior ao individuo, a qual não pode ser substituído ou modificado por ele mesmo”, pois submete este conjunto de convenções do corpo social.

De acordo com Nasi (2007), os estudos de Chomsky mostram que todos os seres humanos nascem com uma predisposição genética que os tornam aptos para adquirir a língua, o que demonstra que a língua para Chomsky, neste sentido, está associada a esta predisposição genética em conjunto com o resultado do seu desenvolvimento por contato com um ambiente linguístico:

Assim, ele utiliza o termo ‘estado inicial’ [...] Ora, se todos os seres humanos estão aptos a adquirirem uma língua, a experiência vivida pelos sujeitos seria um “dado de entrada” no sistema (permitindo a assimilação de palavras e seus significados) e a língua propriamente dita, um “dado de saída”. Assim, para Chomsky, ‘cada língua em particular é uma manifestação específica do estado inicial uniforme’ (NASI, 2007: 4).

Perini, na sua introdução ao estudo do gerativismo, salienta que os gerativistas, compreendem a língua como “um conjunto de sentenças, sendo cada uma delas formada por uma cadeia de elementos (palavras e morfemas)” (PERINI, 1985: 16). Para isso, Chomsky considera a língua como um objeto mental, ou seja, um sistema de princípios radicados na mente de cada ser humano.

De acordo com Cunha e Cintra (1985: 1), a língua é tida como “um sistema gramatical pertencente a um determinado grupo de indivíduos. Um meio através do qual uma coletividade se expressa, concebe o mundo e age sobre ele. Ela é a utilização social da faculdade da linguagem”.

Sarmiento (2005), por sua vez, define a língua como um instrumento de comunicação, a qual pertence a um grupo social, pois o papel da língua e a sua finalidade é meramente a

comunicação, é uma ferramenta que uma determinada comunidade usa para se comunicar. É neste sentido que autora a concebe como um instrumento com função de comunicação:

A língua é um instrumento de comunicação, ou seja, é um sistema de sinais vocais e, muitas vezes, gráficos, pertencentes a uma comunidade ou a um grupo social. A língua, portanto, pode sofrer modificações apenas pela ação da comunidade e não de um único indivíduo (SARMENTO, 2005, p. 12).

Bechara (2001), para conceituar a língua, discute duas possibilidades: a língua histórica e a língua funcional. Segundo o autor, a língua é “um produto histórico e uma unidade idealizada” (BECHARA, 2001: 24). O autor salienta ainda que a língua nunca é um sistema único, porém um conjunto de sistemas, que encerra em si várias tradições:

[...] uma língua histórica encerra em si várias tradições linguísticas, de extensão e limite variáveis, em parte análogas e em parte divergentes, mas historicamente relacionadas. São analogias e divergências fonéticas, gramaticais e léxicas; por isso se diz que uma língua histórica nunca é um sistema único, mas um conjunto de sistemas. (BECHARA, 2001: 24).

Segundo Nasi (2007:3), a língua para os gramáticos é “tida como um sistema, ou conjunto de sistemas, ao passo que, na linguística, a língua é tida como um sistema de signos linguísticos, que pode ser considerada como um fato social, embora este não seja da ordem do histórico social, e sim pelo fato de envolver a massa de falantes”. De acordo com autora, a definição de língua para os gramáticos surge na perspectiva de diferencia-la da linguagem, pois o foco deles é a linguagem e não a língua.

Coutinho (2011: 24) define a língua como “uma linguagem particularmente usada por um povo”. Considerando os conceitos apresentados neste trabalho, podemos inferir que a língua é um símbolo de nacionalidade, pois apresenta características de um povo. A língua de um povo é uma demonstração de sua cultura, a língua é um dos maiores símbolos do patriotismo, ela está carregada de cultura e história do seu povo, ou seja, ela é um dos principais instrumentos na formação de um mundo cultural, pois ela é que nos permite transcender a nossa experiência. Tendo apresentado brevemente conceitos quanto à língua, na próxima seção trataremos das diferentes conceituações de dialeto.

2.2 CONCEPÇÕES DE DIALETO

Quanto ao dialeto, existe uma série de discussões no que diz respeito a sua definição. Segundo Bizzocchi (2006: 1), o termo “dialeto” provém do grego (*diálektos*), um substantivo

composto que significa “através da fala” *diá* = através e *léktos* = fala. Então dialeto pode ser compreendido como a maneira de falar diferente entre duas ou mais pessoas, ou seja, entre duas ou mais comunidades linguísticas, todavia cruzando os limites da própria língua que rege aquela comunidade de fala. Por outro lado, o termo pode ser compreendido como a forma de expressão que traz consigo características particulares, ou seja, a fala que caracteriza um grupo de pessoas.

Bizzocchi (2006: 1) afirma também que o “dialeto é tido como qualquer outra forma da língua que não seja a oficial de um país”, ou seja, o dialeto é qualquer variedade falada duma língua que não seja oficializada ou reconhecida pelo país. O mesmo autor ainda afirma que um ‘dialeto’ é um desdobramento da língua, a qual se diversifica, variando conforme as regiões de determinado território, de acordo com as diversas camadas socioeconômicas, da população, sua faixa etária, dentre outros fatores. Importa salientar que, neste sentido, o termo dialeto para autor não se refere especificamente a uma determinada língua, mas uma variedade falada da língua, porém excluída pela autoridade do país onde é falada.

Para Mané (2012: 43), o dialeto é uma representação de línguas excluídas das normas cultas ou padronizadas. De acordo com o autor, a gramática tradicional com suas regras de uso, cujo início remonta à antiga Grécia. Segundo Mané, o objetivo das elites atenienses era impor o dialeto ateniense, etimologicamente chamado “koiné”. Este “koiné”, de acordo com o autor era uma forma dialetal que se solidificou a partir das variedades faladas na Grécia: como o jônico, o ático e o dórico.

De acordo com Fernandes (2014:81), o dialeto é considerado como um produto dos processos de transição da língua. Ele pode ser um resquício, contendo apenas as matrizes linguísticas que lhe deram origem, porém está sempre transitando por meio da língua oficial, que o considera sempre uma ameaça à tradição, às regras, ao *status quo* mantido pela língua padronizada, ou seja, pela variedade linguística considerada padrão.

Segundo Fernandes (2014), a imposição do dialeto ateniense (koiné) em favor das outras variedades faladas, era uma situação geopolítica daquele tempo. De acordo com a autora, a Grécia era formada por diversas cidades-estados que conseqüentemente tinham características de organização diferentes e vários dialetos. Então estes dialetos, mesmo na produção literária, são línguas da Grécia. Autora salienta que a necessidade de impor o dialeto ateniense surgiu com a ascensão de Atenas como capital política e cultural grega e afirma que tal feito foi muito útil para solidificar a posição de primazia sobre as outras cidades-estados:

Com a ascensão de Atenas, tornando-se a capital política e cultural grega, surge a necessidade de impor a sua variedade linguística como forma dominante. No modelo aristocrático de governo de Atenas, tal feito foi muito útil para solidificar a posição de primazia sobre as outras cidades-Estado e a ajuda dos estudiosos da língua foi crucial (FERNANDES, 2014: 82).

É importante compreender que um dialeto geralmente é tido como uma variante da língua. Uma situação diversa na fala sempre é categorizada por razões relativas (não linguísticas), de maneira geral por questões de natureza política ou por questões que têm a ver com a estratificação socioeconômica das comunidades linguísticas, visando uma diferenciação entre duas ou mais variantes faladas da língua, no sentido de prestigiar uma variante e desprestigiar a outra (FERNANDES, 2014).

Segundo Mané (2012: 41), a Grécia era muito rica em dialetos que não eram apenas variedades faladas, como podem aparentar hoje, todavia eram variedades literárias que cumpriam funções específicas da língua. Mané cogita que o jônico tinha uma função de descrever os eventos históricos, o dórico, por sua vez, tinha a função do coro lírico e o ático tinha a função de tragédia. Cada variedade literária transformou-se em variedades funcionais, refletindo na existência dos dialetos orais que conseqüentemente deram origem aos dialetos escritos.

Por outro lado, Mané (2012: 82) salienta que “o termo dialeto era definido no dicionário da Academia Francesa, e em outros dicionários, como a variedade regional de uma língua e seu sentido era impregnado de uma cultura literária”. De acordo com o autor, havia na França um número de dialetos regionais e literários que não eram funcionalmente distintos como os dialetos gregos. Mané (2012: 82) ainda argumenta que: “Surgiu na França um terceiro termo, o ‘*patois*’, que era aplicado primeiramente à língua falada. O *patois* é uma forma de fala de crianças e também da área rural francesa. Esta forma diferente se reflete na fonologia, na morfossintaxe e no léxico”.

Segundo Martinet (1967: 154), “o *patois* é uma forma linguística aprendida em primeiro lugar e é de uso em família. As pessoas começam a se familiarizar com a forma literária, como o parisiense, somente quando chegam à escola”. Brun (1946), por sua vez argumenta sucintamente que um *patois* seria um dialeto que passou por degradação, o que demonstra que essa variedade linguística era tida como um dialeto por não apresentar uma cultura literária, por isso era considerada como uma linguagem familiar e associada à forma de falar numa zona rural ou à forma de falar de uma criança.

Martinet (1967: 158) compara os dialetos americanos com os franceses locais, mostrando que estes nunca correspondem aos *patois*; nem ainda aos dialetos alemães ou

italianos, que segundo autor “são muito diferentes uns dos outros a fim de permitirem a intercompreensão de cada extremidade para outra dentro do território nacional”.

Para Lauer (1994: 55), “dialeto” é compreendido como variedades linguísticas que podem ser diferentes entre si do ponto vista gramatical, lexical e fonológico. De acordo com Auguste Brun (1946), “dialeto é uma língua que não fez sucesso”. Mané (2012: 82) mostra que o dialeto nos Estados Unidos tem sentido diferente, pois designa o inglês local: “Há um uso completamente diferente da palavra dialeto, feito nos Estados Unidos. Ali, o termo designa toda forma local do inglês, sem que haja objetivo de opor os dialetos a uma forma de língua de maior prestígio”.

Por outro lado, o termo dialeto, de acordo com Mané (2012: 83-84), implica as variações de um código comum de uma língua. Ele exemplifica com a língua portuguesa falada no Brasil, mostrando que existe diferença na variedade falada entre as regiões do país. De acordo com Mané, essas variedades podem ser consideradas como dialetos: dialeto carioca, sulista, mineiro, entre outros, mas, no entanto, não deixam de ser um idioma nacional:

Neste sentido, dialetos são abstrações de vários idioletos que refletem a mesma experiência regional. No entanto, a experiência regional não é a única fonte de diferenças na variação linguística. Sexo, idade, função ou qualquer outro fator social podem acarretar diferenças notáveis no comportamento linguístico. A isso os sociolinguistas têm chamado de socioletos (MANÉ, 2012: 83-84).

Portanto, o termo dialeto, na Grécia antiga, era considerado como variedade de escritas que desempenhavam funções distintas da escrita, pois cada um se especializava em um uso literário determinado. Contudo, ao longo do tempo, o termo passou a ser associado à maneira de falar ‘errada’, a uma modalidade de língua que não tem cultura literária, ou mesmo como a variante da fala de zona rural (a exemplo do *patois*).

2.3 LÍNGUA E DIALETO

A diferença entre língua e dialeto pode ser compreendida numa perspectiva histórica. Haugen (2011: 96-97), no seu estudo sobre os dois termos, argumenta que na Grécia antiga o uso do termo dialeto era para se referir aos dialetos literários e suas funções. Já o termo língua, por outro lado, era concebido em uma posição de prevalência, ou seja, num grau superordenado ao dialeto. Importa compreender que essa categorização está mais relacionada às questões sociais e geopolíticas do que propriamente às questões linguísticas.

De acordo com Mané (2012:40), os termos língua e dialeto apresentam ambiguidade de sentido, de maneira que sua delimitação torna-se difícil. Mané afirma que não há consenso sobre os critérios que podem ser usados para distingui-los, mesmo que exista um número de paradigmas que pretenda diferenciá-los, isso termina por resultar numa contradição. O autor salienta que língua e dialeto são duas denominações que se aplicam a aspectos diferentes, porém não são opostos, considerando o fenômeno extremamente complexo que é a comunicação humana.

Mané (2012: 41-42) afirma que o termo “língua” é uma designação superordenada ao dialeto. O autor discute que esses processos de unificação e dissolução se repetem de forma cíclica, salientando que o fato de relacionar um dialeto a uma língua a um status subordinado demonstra as estruturas sociais onde os termos estão alocados, para Mané, isso concede ao dialeto um status de inferioridade.

Mané (2012) ainda sustenta que o termo dialeto se usa para descrever uma variedade da língua. Para o autor, o dialeto, muitas vezes, é sugerido como fala informal, ou seja, uma variedade da fala informal a qual pertence a uma comunidade de classe baixa ou oriunda de área rural como a variedade linguística rural falada no interior do Brasil e, em muitos casos, algumas dessas variedades são consideradas ‘erradas’. Mané ainda afirma que na América do Norte, existe um tipo de inglês denominado “bad english”. Esse inglês, segundo Mané, é considerado como dialeto de classe baixa. Portanto, a linguagem falada por classes mais altas é tida como “correta”.

O termo dialeto é usado para descrever uma variedade da língua, e possui uma grande carga de preconceito. Dialeto, muitas vezes, sugere a fala informal, a fala de grupos de classe baixa ou oriundos de área rural [...] Nesses termos, o dialeto passa a ser uma linguagem excluída de uma sociedade de hábitos linguísticos ditos “polidos” (MANÉ, 2012:43).

Segundo Mané (2012: 43), “Do ponto de vista linguístico, a língua pode ser vista de uma perspectiva unitária, enquanto que os dialetos seriam estruturas parciais superpostas”. Por outro lado, Mané sustenta que a distinção entre os dois leva em consideração o seu *status* social e a extensão geográfica de onde se fala. O autor salienta que a língua apresenta *status* institucional correspondendo à área de um país com uma tradição de escrita e de literatura, enquanto o dialeto não tem status cultural e social da língua, nem literatura, pois não será ensinado na escola, mesmo sendo falado em uma área extensa, pois poucas pessoas tendem a escrevê-lo. Portanto, uma língua seria um “dialeto com poder, já dialeto não tem poder” (MANÉ, 2012:47).

De acordo com Mané (2012: 47), a classificação de uma variedade da fala como um dialeto ou como uma língua em relação à outra, consoante à realidade política e ideológica, pode ser controversa e apresentar veredictos inconsistentes do ponto de vista linguístico. Nesse sentido, Mané (2012) trouxe o exemplo do catalão, que apenas era considerado como dialeto de occitano (ou romance ocidental). Mas por motivos políticos ganhou status de uma língua padrão, de modo que foi usado durante o século XVI pela elite e imprensa de Valência.

O autor sustenta que, na primeira metade do século XIX, o catalão graças à “Renascença” um movimento cultural romântico ganhou um importante renascimento entre as elites. De acordo com o autor, o catalão foi banido (juntamente com outras línguas nas regiões espanholas) pelo regime de Franco (1939-1975), de maneira que foi confinado essencialmente ao uso oral até a morte do Franco em 1975. Após o período, o catalão de novo voltou a adquirir seu status como uma língua, segundo Mané, é usado até hoje na política, na educação, incluindo o jornal *Avui* e no canal televisivo *Televisión de Catalunya*.

Segundo Mané (2012: 47) o catalão é reconhecido hoje pela União Europeia como uma língua oficial, com uma proposta que exige a tradução de todos os textos da União Europeia em língua catalã. Por isso, Mané defende que as razões políticas levaram o catalão a passar pelo ciclo de “língua – dialeto – língua, ou seja, à língua de mais prestígio a menos prestígio e novamente a de mais prestígio”.

Segundo Lyons (1987: 257), na distinção entre língua e dialeto, pode existir uma situação de diglossia que é manente no contato entre duas variedades da fala numa mesma língua em que uma variedade é considerada como mais correta e que domina em todos os domínios públicos e a outra considerada como errada, sem escrita, presente apenas em domínios informais (talvez entre amigos) e na realidade familiar. Deste modo, a variedade privilegiada que é considerada como mais estruturada e como polida (por ter escrita), corresponde à língua e a variedade considerada ‘errada’, estigmatizada e rural (por não ter escrita), corresponde a dialeto.

Lyons (1987) e Mané (2012) seguiram o ponto de vista de Trudgill (1980) que argumenta que dialeto é sempre associado à variedade da língua falada na área rural ou em setores marginalizados em geral, ou seja, relacionada à linguagem dos camponeses, classes trabalhadoras e comunidades sem prestígio. Por outro lado, o autor salienta que o termo dialeto é concebido como uma língua, particularmente falada em partes “isoladas do mundo” sem escrita. Para Trudgill (1980:3), o dialeto também é tido como algo frequentemente errôneo, que se desvia da norma padronizada e que aberras as ‘formas corretas’ de língua padrão.

De acordo com Tavares (2015), no seu estudo sobre as contribuições para a discussão das concepções de língua e dialeto, dentre duas (ou mais) comunidades linguísticas distintas, nem sempre é fácil decidir se as diferenças linguísticas representam dois dialetos ou duas línguas. A autora, para expor as principais complexidades dessa questão de língua e dialeto, trouxe, entre muitas opiniões e impressões das pessoas em relação às línguas indígenas, duas afirmações muito pertinentes para a reflexão: “Todos os indígenas do Brasil são iguais e todos falam a mesma língua. Os indígenas Guarani formam uma grande e homogênea nação e falam a mesma língua.” (TAVARES, 2015: 122-123). Segundo autora, as afirmações como essas são de pessoas pouco familiarizadas com assunto e contêm equívocos. A autora ainda afirma que, no Brasil, existem dois troncos linguísticos (tupi e macro-jê) aos quais estão ligados grupos muito distintos culturalmente e que cada um desses está relacionado a várias famílias linguísticas e de modo geral, a várias línguas (TAVARES, 2015: 123).

Nesse sentido, a autora trouxe uma questão que considera como fundamental para o trabalho sobre o grupo Guarani, que se divide em três subgrupos (Kaiowá, Ñandeva e Mbyá): os três subgrupos falam línguas diferentes ou dialetos da mesma língua? Para refletir sobre essa questão, a autora salienta que, além da discussão teórica, ela ouviu seis indígenas da etnia Kaiowá e seis da etnia Ñandeva sobre suas impressões a respeito das diferenças linguísticas entre os dois grupos. Ela demonstra que os termos dialeto e língua são “puramente relativo”. Segundo a autora, a definição que perpassa o termo “dialeto” é a de desprestígio, de maneira que não é usada em referência à variante linguística de pessoas instruídas, urbanas ou mais jovens.

De acordo com Tavares (2015: 127), “a ciência linguística já entendeu há muito que os critérios que definem que determinados sistemas de comunicação são línguas autônomas e não dialetos subordinados são o resultado de um desenvolvimento histórico, geográfico, político e sociocultural”. Em contrapartida, autora ainda salienta que não existe nenhum critério válido que serviria para distinguir os termos “língua e dialeto”, o que faz com que uma variedade linguística passe a ser chamada de língua, ou seja, de não dialeto, geralmente é a decisão política que, segundo autora, acontece pelo desenvolvimento e reconhecimento da importância dos seus falantes. Nesse sentido, Tavares (2015: 127-128) considera o termo variedade como neutro e mais adequado para o uso em referência a algumas diferenças linguísticas do que o termo dialeto, pois o termo variedade não aponta para uma posição linguística específica.

Tavares (2015: 127-128), de início, afirma que “pretendia averiguar se, de fato, um subgrupo se considera diferente linguisticamente do outro subgrupo e de que natureza seriam

essas diferenças, se elas fossem apontadas durante a pesquisa”. Para isso, a autora afirma que o critério de mútua inteligibilidade não é válido, porque há uns que afirmam que, embora exista alguma diferença, entendem e alguns afirmam que não entendem. Nesse sentido, a mútua inteligibilidade como qualquer outro critério não seria viável para caracterizar uma variedade linguística como dialeto da outra variedade. Por outro lado, alguns argumentam que uma língua pode se manter no seu estado de “pureza” sem que haja mudança nela, contudo considerar que a língua preserva o seu estado de pureza é um equívoco como aponta Tavares:

Desejar que uma língua permaneça em estado de pureza é uma pretensão ilusória, que atualmente não encontra respaldo entre os estudos linguísticos; não é necessário e nem possível que uma língua permaneça pura, como se estivesse congelada. Uma das características das línguas “vivas” mais facilmente observadas é o fato de elas serem dinâmicas (TAVARES, 2015: 130-131).

A autora conclui que, pelo que foi feito no trabalho de campo, a partir de entrevistas com vários informantes de subgrupos e em consideração ao que os indígenas sentem e declaram, ela entende que o que formalmente poderia ser considerado como variantes da mesma língua deve ser tratado como duas línguas.

Bizzocchi (2006), por sua vez, afirma que, do ponto de vista linguístico, não há nada que distinga língua de dialeto. De acordo com autor, cada um apresenta o sistema, ambos têm léxico e gramática. De acordo com Mendonça (2013: 14) “a primeira definição de dialeto que teria inspirado as posteriores, baseava-se numa visão preconceituosa que a elite ateniense [...] tinha em relação à fala, tanto das camadas populares, quanto dos estrangeiros, ou seja, os não atenienses [...]”. Mendonça (2013: 15) sustenta que “Sob o ponto de vista linguístico, não existem línguas superiores ou inferiores, todas as línguas são complexas e servem de instrumentos adequados para a comunicação”.

Labov (1972) discute essa linha tênue, afirmando que todas as necessidades linguísticas e o repertório lexical podem sofrer modificações nos seus signos linguísticos, sem nenhum indício de superioridade ou de inferioridade de um grupo de indivíduos, ou seja, de uma comunidade linguística. O autor afirma que as questões de classificação em superior ou inferior têm mais a ver com a ordem política do que com a ordem social.

Portanto, importa salientar que não existe a variedade da língua falada mais “bonita” em relação a outra, nem a mais “correta” do que a outra. Não existe um critério linguístico para classificar uma variedade da língua como dialeto ou como a língua. Todas as categorizações das línguas são puramente políticas e sem evidências da ciência de linguística, por isso a ideia de uma língua ‘bonita’ (ou variedade da fala ‘bonita’) é falsa. Por outro lado

são construções políticas embutidas de preconceito linguístico, servindo apenas para privilegiar uma determinada classe social.

3 CAPÍTULO 2: LÍNGUA CRIOULA: NOÇÕES GERAIS

No presente capítulo, propomo-nos a apresentar o conceito de língua crioula e as teorias que explicam a sua gênese. No que tange à definição e o surgimento de língua crioula, há diversas hipóteses (algumas consonantes com este trabalho). Assim, apresentaremos as diferentes hipóteses sobre a crioulogênese, visando a melhor compreensão dos leitores deste trabalho sobre o que seria, de fato, uma língua crioula e como ela se origina. Em linhas gerais, os crioulistas concebem-na como uma nova língua que surge em situações de contato multilíngue. Antes de apresentarmos as diferentes propostas sobre a sua gênese, é necessário definir o termo crioulo, em primeiro lugar, no seu contexto socio-histórico de acordo com as diferentes abordagens que estão envolvidas. Assim sendo, começaremos com Adolfo Coelho (1881 *apud* CZOPEK, 2011: 5), que afirma que os dialetos românicos, os crioulos e todas as formações semelhantes são resultado de uma aprendizagem imperfeita:

[...] os dialetos românicos, crioulos, indo-português e todas as formações semelhantes, são efeito de uma aprendizagem imperfeita ou representam o primeiro ou primeiros estádios na aquisição de uma língua estrangeira por um povo que fala ou falou outra e devem a sua origem à ação de leis psicológicas ou fisiológicas por toda a parte, e não à influência das línguas anteriores dos povos em que se acham esses dialetos (COELHO, 1881:39 *apud* CZOPEK, 2011:5).

Por outro lado, Coelho (1881 *apud* CZOPEK, 2011:5) afirmou que a língua crioula era uma língua mista, constituída do vocabulário de um idioma europeu, adaptado ao sistema gramatical de uma língua indígena. Há outra hipótese também conhecida no campo da linguística de contato como *baby-talk*, segundo a qual uma língua crioula era uma precária comunicação inicial:

[...] o crioulo era um tipo de ‘baby-talk’, uma precária comunicação inicial em que o senhor mestre ensinava ao escravo improvisando formas que se identificavam às da linguagem infantil. [...] o próprio termo “crioulo”, por sua vez, relaciona-se etimologicamente com o verbo criar ou com o substantivo cria, ou seja, filho de qualquer animal (CZOPEK. 2011:6).

Para autores como Muysken e Smith, citados por Bandeira (2017: 101). “uma língua crioula poderia ser diferenciada da não crioula pelo fato de seu surgimento num dado ponto do tempo pode ser estabelecido com relativa precisão.” Os autores sustentam ainda que as línguas não crioulas não permitem a delimitação temporal exata por terem emergido gradualmente, enquanto as línguas crioulas podem ser estabelecidas com relativa precisão.

É de salientar que ao longo dos tempos houve muitas teorias que tendem a definir as línguas crioulas de forma preconceituosa, pois as tratam como uma forma de comunicação ‘errada’, ‘imperfeita’, ‘corrompida’, ininteligível e ‘simples’ em relação às não crioulas. Todavia, ao contrário dessas teorias, Bandeira (2017: 106) nos mostra que, nos últimos anos, um corpo crescente na literatura sobre a morfologia de línguas crioulas tem refutado esses preconceitos com base em análises empíricas. A autora cita o estudo de Pratas (2002) como um dos exemplos desse esforço em desconstrução de preconceito linguístico sobre as línguas crioulas.

Como acima citado, há outras definições mais aceitas no que diz respeito à teoria linguística e que estão em conformidade com este trabalho. Passamos agora a apresentar algumas dessas definições. Começaremos em primeiro lugar com a definição de Czopek (2011: 7) de língua crioula como “um ex-pidgin, ou seja, um pidgin¹ que se tornou língua materna de crianças de uma comunidade, cuja gramática e léxico foram complexificados e aumentados e que serve para todas as necessidades expressivas e comunicacionais de seus usuários”.

De acordo com Czopek (2011: 8), “o termo ‘crioulo’ foi utilizado pela primeira vez em referência a um dialecto de base lexical portuguesa na costa ocidental de África”. De acordo com a autora, só depois disso que surgiram as línguas crioulas de base lexical portuguesa concretamente em Cabo Verde, Guiné-Bissau, Casamance (Senegal), São Tomé e Príncipe e na ilha de Ano Bom (Guiné Equatorial).

Para Bandeira (2017: 101), [...] “o crioulo pode ser caracterizado como a primeira língua de uma população monolíngue ou como uma das línguas de uma população multilíngue”. Segundo essa concepção, o termo (crioulo) remete ao fato de que a língua nasceu em um ambiente multilinguístico, mas com uma língua politicamente dominante e várias outras sem prestígio do ponto de vista político: “Na Linguística, o termo (crioulo) [...] pode ser caracterizado como a primeira língua de uma população monolíngue ou como uma das línguas de uma população multilíngue, ou seja, é a língua materna de uma determinada população” (BANDEIRA. 2017: 101).

De acordo com Caniato (2002: 130), o surgimento das línguas crioulas se deveu à necessidade de comunicação, a partir do século XV entre os portugueses e os povos das costas

¹ Pidgin é uma língua de emergência, sua utilização é consequência de uma miscelânea de línguas diferentes. Surge da necessidade de falantes de línguas distintas estabelecerem situações comunicativas. Dessa forma, o pidgin não pode ser considerado uma língua materna.

africanas e também em regiões da Ásia. Segundo o autor, não se tratava de uma língua uniforme, porque refletia a variedade dos falantes e das línguas nativas com as quais os portugueses entravam em contato. O autor afirma que:

Dessa língua que servia principalmente às necessidades de comércio, chamada língua franca” pelo viajante alemão Otto Mentzel, na primeira metade do século XVIII, para diferenciá-la da língua franca mediterrânea, chegou-se ao pidgin, língua que se presume ter formado onde e quando houve condições (CANIATO, 2002: 130).

Para Intumbo (2007: 20), a definição das línguas crioulas que é aceita no campo da linguística tem a ver com as línguas híbridas que resultaram do cruzamento entre duas ou mais línguas numa certa relação de “poder”, em que uma delas pertence ao detentor do poder entendida como a principal fonte do léxico (considerada superestrato) e a outra é a língua do segmento dominado ou as línguas dos dominados, entendidas como principal suporte gramatical (considerada substrato), o autor sustenta que essa relação existente predominantemente em África só foi evidente após a chegada dos europeus.

Segundo o postulado de Anthony J. Naro, “crioulo” é uma língua como qualquer outra, sujeita às mesmas regras gramaticais universais, uma vez que sua gramática é construída pelos que a aprendem como primeira língua da mesma maneira que qualquer outra gramática (*apud* CZOPEK, 2011:7). Partindo dessas afirmações, torna-se evidente que uma língua crioula não é apenas um efeito de uma aprendizagem imperfeita considerando as afirmações de Adolfo Coelho quanto ao baby-talk.

De acordo com Freitas (2016), uma língua crioula é aquela que “[...] surge a partir do contato de uma língua colonial/imperial (não necessariamente uma língua europeia, nem a uma língua do colonizador) com múltiplas línguas sem que nenhuma dessas línguas emerja como uma língua franca” (Freitas 2016:43). Quanto à diferença entre o crioulo e o pidgin, há a hipótese que aponta a nativização como o elemento que os distingue, porém essa hipótese é questionada. Por exemplo, Freitas (2016:44) demonstra que Muysken & Smith apontam a principal diferença entre os pidgins e os crioulos na questão de um grupo de falantes ter o crioulo como sua língua materna, enquanto o pidgin não é a língua materna de ninguém. Freitas aponta que os próprios autores reconhecem possíveis contradições “quanto ao fato de a nativização ser o aspecto primordial para distinguir pidgins e crioulos” (p. 44).

Por outro lado, Holm (2000: 7 *apud* Freitas 2016:44) descarta a hipótese de nativização como o aspecto primordial para distinguir os pidgins e os crioulos, enaltecendo o fator de referência étnica que uma língua é, pois o elemento de cada grupo étnico se identifica

pela sua língua. Assim, Freitas salienta que uma língua de emergência se torna o crioulo já que ela se converte em uma língua veicular, “seja através da sua ampla difusão dentro da comunidade seja por meio de nativização” (FREITAS 2016:44).

No que concerne à gênese de língua crioula, existem várias hipóteses e diferentes teorias, sendo possível apresentar neste presente capítulo algumas de acordo com Bandeira (2017: 1001-113) e Freitas (2016: 44-48). Porém, com menos detalhes por fugirem um pouco do escopo² deste trabalho.

De acordo com Bandeira (2017: 107), as pesquisas sobre o surgimento de uma língua crioula têm se dividido variando conforme a abordagem teórica de cada um no que diz respeito ao papel principal para sua emergência. Nesse sentido, alguns pesquisadores defendem que a língua do colonizador é o principal agente, outros, porém, afirmam ser a língua dos povos subjugados, além dos que atribuem este papel para um aparato mental, ou seja, uma disposição mental que cada ser humano apresenta independentemente da sua posição na hierarquia social.

Portanto, passemos agora a analisar as principais teorias acerca de sua gênese, tais como: as perspectivas superestratistas, substratistas, gradualistas e universalista ou inatista. Começaremos com as teorias superstatistas as quais atribuem às línguas do subjuguante (línguas lexificadoras) o papel principal na emergência de uma língua crioula. Dentre essas encontram a hipótese monogenética, a qual sustenta que todas as línguas crioulas se originaram de um mesmo ancestral.

Segundo Bandeira (2017: 108), a fundamentação da teoria monogenética se baseia no pressuposto de que “houve uma língua de comércio com um léxico predominantemente português, que foi empregado, entre os séculos XV e XVIII, por negociantes, contrabandistas e comerciantes de toda sociedade colonial, ainda incipiente”. Bandeira afirma:

A teoria monogenética advoga que os escravos aprenderam um código português em regiões de cativoiro como fortes, ilhas e navios negreiros, em seguida, levaram esta linguagem às plantações. Desse modo, as diferentes línguas crioulas inicialmente se baseiam em códigos com palavras em português, posteriormente o código foi substituído por elementos de outras línguas europeias. De acordo com essa teoria, a (suposta) similaridade entre os crioulos se deve ao código português subjacente e a ‘simplicidade’, à natureza ‘não complexa’ de tal código (BANDEIRA. 2017: 108).

Por outro lado Bandeira ainda nos mostra que, como a teoria monogenética, há outras abordagens que defendem as línguas crioulas como variedades das línguas lexificadoras e há

² Para os leitores interessados no surgimento de línguas crioulas, indicamos as obras de Arends (1995), Muysken & Smith (1995), Holm (2000), dentre outros.

outras segundo as quais as línguas crioulas são o resultado de um processo de aprendizado imperfeito de segunda língua como a teoria do *baby talk*, ou da simplificação da fala direcionada aos não nativos e a teoria da fala estrangeira.

De acordo com Muysken & Smith (1995 *apud* BANDEIRA 2017: 109), todas essas teorias são convergentes em termos de aquisição “imperfeita” de segunda língua. Esses autores postulam que as línguas crioulas seriam estágios fossilizados na sequência de uma aprendizagem linguística, de maneira que sustentam que os falantes de um protocrioulo, falam tal língua por não terem acesso suficiente ao modelo, neste sentido, fazem ajustes que levam a um sistema estimativo.

No tocante aos pontos divergentes entre essas teorias, Bandeira (2017: 109) salienta que, para a teoria de fala estrangeira, a similaridade entre línguas crioulas seriam através das suas propriedades universais do processo de aprendizagem, enquanto a teoria de *baby talk* sustenta que a similaridade se deve ao *input* simplificado assim como ocorre quando falantes nativos de uma determinada língua simplificam suas falas para se comunicar com não nativos.

Quanto a hipóteses substratistas, Freitas (2016: 44) demonstra que essas teorias atribuem o papel principal às línguas do substrato, isto é, as línguas dos povos dominados, “de menor prestígio, na configuração das gramáticas de línguas crioulas que se formaram”. Segundo a “autora, os substratistas postulam que línguas dos povos subjugados teriam desempenhado um papel no desencadeamento de mudanças nas línguas-alvo, dando forma aos crioulos. Assim, os substratistas se opõem às teorias superstatistas as quais atribuem às línguas do subjugante (línguas lexificadoras), o papel principal na emergência de uma língua crioula.

Na mesma linha de pensamento, Bandeira (2017: 109) nos mostra que as teorias substratistas argumentam que as línguas crioulas devem grande parte de seus traços estruturais à influência das línguas faladas anteriormente pelos povos subjugados, ou seja, os africanos escravizados: “Caso dos crioulos surgidos em ambientes escravocratas, que eram levados, principalmente, para as plantações na região atlântica, durante estágios formativos críticos dos novos vernáculos”.

Para os gradualistas e desenvolvimentistas, segundo Freitas (2016: 44-45), os responsáveis dessas teorias postulam que o surgimento das línguas crioulas “ocorre de forma gradativa, com a estabilização dos seus subsistemas que ocorre num intervalo de várias gerações de falantes”. Por outro lado, Freitas salienta que no âmbito dessas teorias, duas questões recebem maior destaque, que é a “concepção de que a crioulação é um processo de

mudança linguística” e a “ocorrência de gramaticalizações e as características específicas que esse mecanismo adquire em línguas crioulas”.

De acordo com Bandeira (2017: 112-113) as hipóteses gradualistas partem do pressuposto de que o desenvolvimento das línguas crioulas é como sistemas contínuos, isto é, estão em constante mudança. Bandeira ainda afirma que para os gradualistas a “estrutura de plantação impôs demandas comunicativas semelhantes ao escravo, geralmente, recém-chegado e sem saber a língua comum”, mostrando que, com a nova chegada dos escravos, inicia-se a composição de uma série de sistemas de comunicação improvisada relativamente semelhante que pôde se expandir a partir daquela interação contínua, o que resulta no aumento do seu domínio funcional, de forma que, quando estes sistemas se estabilizam, tornam-se crioulos.

Quanto às hipóteses universalistas, Prata (2002: 11 e 12) afirma que Bickerton (principal defensor dessa corrente) através da sua hipótese de bioprograma ou programa biológico da linguagem defende o surgimento das línguas crioulas face ao input linguístico restrito basicamente construído por um pidgin (a língua que os falantes nativos de línguas não inteligíveis usam para a comunicação no primeiro contato entre eles, apresentando uma estrutura morfossintática pobre em relação as outras línguas e não é a língua materna de ninguém), o autor sustenta que as crianças nascidas nessas comunidades aplicam a sua faculdade de linguagem para, a partir dela, criarem uma nova língua natural que é neste caso uma língua crioula. Na mesma direção, Freitas afirma:

As teorias universalistas afirmam que a configuração dos crioulos decorre de processos específicos universais de aquisição de segunda língua por adultos. Como principal expoente dessas teorias está a hipótese do bioprograma, defendida por Derek Bickerton, segundo a qual as características similares das línguas crioulas se devem a aspectos universais da faculdade da linguagem. O surgimento de uma língua crioula se daria através das crianças, que, ao entrarem em contato com um pidgin, ativariam suas estruturas mentais inatas, transformando essa língua emergencial em um crioulo (FREITAS, 2016 : 45).

Da mesma maneira, Bandeira (2017: 112) também afirma que Bickerton define os crioulos como criações das crianças que cresceram nas plantações recém-formadas. Ao seu redor, elas somente tiveram acesso a um código restrito, ou seja, sem estruturas suficientes para funcionar como qualquer outra língua natural, a partir das suas capacidades linguísticas, transformaram o input, o código que aprenderam de forma parcial com adultos sem nenhum acesso à língua dos colonizadores via falantes nativos, dos seus pais em uma língua plena.

De acordo com Pratas (2002: 6) a entrada do termo crioulo no dicionário Larousse do século XIX (1869) aponta as línguas crioulas de Luisiana e do Haiti como um francês

corrompido [...]. “Esta língua, muitas vezes ininteligíveis quando falada por um velho africano, é extremamente doce quando falada por mulheres crioulas brancas”.

Segundo Pratas (2002: 6), o autor Vinson no seu *Dictionnaire des sciences anthropologiques* (1882: 345 *apud* Pratas, 2002) define o surgimento das línguas crioulas como resultado de adaptação de uma língua, especialmente alguma língua Indo-Europeia, meramente génio de uma raça que é linguisticamente inferior. Esse dialeto resultante seria, segundo essa perspectiva, verdadeiramente misturado no seu vocabulário, porém a sua gramática permanece essencialmente Indo-Europeia, embora extremamente simplificada.

Por outro lado, Pratas (2002: 7) afirma também que o autor Bloomfield (1933: 472) postula que línguas crioulas terão surgido porque “falantes de uma língua inferior fazem tão poucos progressos na aprendizagem da linguagem dominante que os mestres ao comunicarem com eles recorrem ao ‘baby-talk’. De acordo com Pratas, Bloomfield ainda salienta que línguas crioulas poderiam ser julgadas a exemplo do crioulo do Haiti como simplesmente aberrantes.

Vale salientar que algumas teorias não levam em conta as questões linguísticas face à emergência das línguas crioulas, porém admitem questões sociais. Nesse sentido, Pratas (2002: 5) nos demonstra que há concepções tradicionais, passadas e presentes de origens diversas que poderiam ser sintetizadas na ideia de que as línguas crioulas são as derivações imperfeitas das outras línguas.

Em contrapartida, Pratas (2002: 6) também nos mostra que, ao longo dos séculos, passou a haver uma mais apurada consciência das implicações sociais nelas contidas, porque as comunidades de falantes de diversos crioulos eram originalmente constituídas por escravos e pelos descendentes, ou seja, por indivíduos negros e mestiços. Segundo a autora, mesmo com esse conhecimento, muitos teóricos de diferentes áreas, incluindo alguns linguistas, continuam acreditar que as línguas crioulas apresentam uma natureza interna diferente das outras línguas não crioulas.

Para se opor a essas concepções tradicionais sobre as línguas crioulas, Prata, neste mesmo estudo, apresenta a perspectiva corrente no âmbito da Gramática Gerativa mostrando com isso que os crioulos são resultado esperado da faculdade humana da linguagem, que contém estruturas gramaticais tão complexas, uma organização interna composta de princípios universais e um leque de mistérios como os que caracterizam quaisquer outras línguas naturais.

Portanto, queremos mostrar com isso que todas as hipóteses e teorias brevemente mencionadas, no presente trabalho, com relação à gênese de línguas crioulas, contribuem com

o mesmo grau de importância para compreendermos a sua emergência. Embora algumas perspectivas tendam a considerar essas línguas de contato como ‘imperfeitas’, ‘erradas’, ‘simples’, ‘deformadas’, ‘aberrantes’ e diferentes das outras línguas naturais, queremos mostrar que o surgimento de uma língua crioula não envolve apenas as hipóteses substratistas ou superstratistas, dentre outras, cada fator, seja ele língua de substrato, superstrato, contexto social e histórico, aparato mental, dentre outros, deu a sua contribuição para o entendimento acerca da emergência de uma língua crioula.

4 CAPÍTULO 3: GUINÉ-BISSAU: BREVE PANORAMA SÓCIO-HISTÓRICO E LINGUÍSTICO

A Guiné-Bissau ou República da Guiné-Bissau é um país africano de apenas 36.125 km², situado na costa ocidental da África entre Senegal (a norte) e a República da Guiné (a este e a sul) e banhado pelo oceano Atlântico a oeste (EMBALÓ, 2008: 101). De acordo com Intumbo (2007: 2) se desta área reduzirmos as partes do território que estão permanentemente inundadas e as outras partes que periodicamente ficam cobertas pelas águas das chuvas, verificaremos que a área habitável total do país não ultrapassa os 24.800 km².

Intumbo (2007: 2) sustenta que devido à própria situação geográfica do país, que é no fundo “um pântano banhado por grandes rios”, favoreceu um grande fluxo de migrações dos africanos que, por razões de segurança e de sobrevivência, deslocaram-se e se fixaram nesta parte da África Ocidental. O autor salienta que a própria capital, Bissau, era uma ilha até 1975, altura em que o Canal do Impenal, que ligava o Rio Mansoa à foz do Rio Geba, perto de Bissau, foi fechado (ver Mapa 1):

Mapa 1 - Geografia da Guiné Bissau



Fonte: webcarta.net/carta/geo.php?p=3&lg=es

De acordo com a memória dos seus primeiros habitantes, segundo Augel (2007:51), o país fazia parte do antigo Império do Mali. O autor ainda salienta que o primeiro registro dos

navegadores portugueses nesse país foi por volta de 1446 com a chegada das caravelas portuguesas na costa ocidental africana, concretamente no território que viria a ser chamado de Guiné-Portuguesa ou a província ultramarina.

Segundo Couto & Embaló (2010: 15), o país emergiu numa luta armada de libertação nacional, que durou onze anos e que pôs fim a um longo período colonial, contudo os desafios para uma nova pátria independente ainda eram enormes. Com efeito, a economia colonial inaugurada no país e que tinha uma base exclusivamente agrícola, assentava num sistema de monopólio comercial dominado por empresas portuguesas. Os autores salientam ainda que os pequenos produtores locais eram obrigados a produzir e a vender a essas empresas determinados produtos agrícolas destinados à exportação. Diante disso, nenhuma evolução tecnológica fora implementada no meio rural, e as populações continuaram a produzir de acordo com suas tradições ancestrais. Na área industrial, apenas uma unidade fabril foi deixada pelos portugueses: uma fábrica de cerveja que era destinada para abastecer o exército colonial que combatia o movimento de libertação.

Conforme Couto & Embaló (2010: 15-16), o movimento de libertação tinha capacidade que permitira gerir com certo sucesso as regiões libertadas do país durante a luta armada, o que não foi caso com a gestão do país totalmente independente. Para os autores, os novos dirigentes encontraram os cofres do Estado vazios com uma administração abandonada pela maior parte dos seus agentes, em sua maioria cabo-verdianos que deixaram o país após independência, com falta de quadros preparados em todos os domínios e em todos os níveis com uma população que contava com 99% de analfabetos.

Desse modo, Couto & Embaló (2010: 16) sustentam que, naquelas condições, cometeram-se erros na decisão das estratégias para o desenvolvimento, tais como: nacionalização das empresas comerciais portuguesas, quando o Estado não tinha capacidades financeiras nem humanas para geri-las; realização de empreendimentos industriais superdimensionados com tecnologia avançada e muitas vezes sem responder às necessidades básicas da população, sem dispor de mão-de-obra preparada para fazê-los funcionar e meios para adquirir as matérias-primas.

Passemos a apresentar uma pequena cronologia de uns dos principais acontecimentos que marcaram o país desde o século XVII até os nossos dias, de acordo com Couto & Embaló (2010: 21-26). Inicialmente, a fortaleza em Cachéu foi construída em 1641 por D João IV e ele passou a escolher os capitães-mores (administradores). O primeiro administrador foi Gonçalo de Gamboa de Aiala. Em 1879, separaram-se administrativamente Cabo Verde e Guiné-Bissau e Bolama (região da Guiné-Bissau) passou a ser capital. Em 1879, a Guiné e

Cabo Verde tinham o mesmo Boletim Oficial que era editado na Praia (Capital de Cabo Verde).

Couto & Embaló (2010: 22) salientam que, em 1886, Portugal cede a região da Casamansa (sul do Senegal) para a França e esta cede a Portugal a região de Cacine (norte da Guiné francesa), tal transação foi nomeada de ‘Acordo Franco-Português’. Segundo Couto & Embaló (2010: 23) até 1936, os portugueses tinham que pagar uma taxa ao régulo de Bissau. Quatro anos depois, há a transferência da capital de Bolama para Bissau (1940). E a partir de 1954, deu-se início ao movimento pela independência da Guiné e Cabo Verde (MINGC).

Os autores afirmam que o PAIGC (Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde) foi fundado em 19 de setembro de 1956, em Bissau. O partido reuniu os guineenses e os cabo-verdianos para um único objetivo, baseando-se nas ligações históricas entre os dois povos, de modo que defendia o princípio da unidade Guiné-Cabo Verde. A independência dos dois países foi possível graças a essa conjugação de força do PAIGC.

De acordo com Couto & Embaló (2010: 23) a insurgência dos estivadores do porto de Pindjiguiti (Bissau) resultou na morte de 50 trabalhadores, sendo simplesmente desarmados e fuzilados. Segundo os autores, o PAIGC, até então, tentava a conquista da independência pela via da negociação. Porém, diante da resposta negativa das autoridades coloniais às reivindicações dos estivadores e dos dirigentes do PAIGC, o partido decide organizar-se para passar à ação armada (1959). Em 23 de novembro de 1962, iniciou-se a luta armada.

Couto & Embaló (2010: 23) afirmam que o PAIGC realizou o seu primeiro congresso em 1964, de 13 a 17 de fevereiro, que foi organizado em Cassacá (a região libertada da Guiné). Em 1973 os militantes guineenses e caboverdianos do PAIGC assassinaram em Conacry (país vizinho) o seu principal líder (Amílcar Cabral), no dia 20 de janeiro.

A proclamação do Estado da Guiné-Bissau ocorreu no dia 24 de setembro de 1973 pela Assembleia Nacional Popular, reunida pela primeira vez em Madina do Boé, região libertada do país. Posteriormente, Luís Cabral assume a presidência do Conselho de Estado. Porém, Portugal só reconhece a independência em 10 de setembro de 1974, o ano da Revolução dos Cravos (25 de abril) em Portugal (COUTO & EMBALÓ, 2010: 23).

Segundo Couto & Embaló (2010: 24), em 1980, João Bernardo Vieira (Nino Vieira) liderou um golpe militar que na altura era designado por “Movimento Reajustador”, assumindo a presidência do então criado Conselho da Revolução. O golpe de Estado na Guiné-Bissau teve sua reação em Cabo Verde, pois criou-se o PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde), consumando assim o fim da unidade Guiné-Cabo Verde.

Em 1991, foi introduzido na Guiné-Bissau o multipartidarismo, que marca abertura política (pelo menos nominal) e a revalorização dos regulados (poder tradicional). Em 1998, houve a revolta de alguns militares, comandados por Ansumane Mané que resultou numa guerra civil de 11 meses. Em 2000 o líder da “Junta Militar” (os revoltados) foi assassinado (COUTO & EMBALÓ, 2010: 24).

Em 2007, foi criada uma instituição do pacto de estabilidade política pelos principais partidos no país, nomeadamente: PAIGC, PRS, PUSD, entre outros e a nomeação de um governo de consenso nacional (COUTO & EMBALÓ, 2010: 26). No dia 1 de março de 2009, o general Tagmé Na Waie, Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, morre em um atentado à bomba ao quartel-general. No dia seguinte, o próprio Presidente da República Nino Vieira foi assassinado por militares (COUTO & EMBALÓ, 2010: 26).

Tomando como a base esta pequena cronologia, chega-se à razão pela qual o país hoje é considerado um dos mais pobres do mundo, pois estes acontecimentos foram fatores primordiais para o atraso do país em todos os âmbitos. Nesse sentido, Couto & Embaló salientam:

Se os africanos tivessem tido uma continuidade em sua história, sem a invasão dos europeus, certamente teriam encontrado o próprio caminho. Teria havido muitas guerras, como as que houve na Europa (cf. as Guerras Napoleônicas, a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, Guerra dos Bálcãs etc.), mas haveria uma solução africana para os problemas africanos. A invasão dos europeus impôs uma ruptura nessa história, que fez com que a contradição colonizadores-colonizados se sobrepusesse às contradições internas a esses povos, que tiveram que se unir para fazer face à dominação colonial [...] (COUTO & EMBALÓ, 2010: 27).

Em termos de conflitos linguísticos, Couto & Embaló (2010: 21-26) sustentam que os guineenses encontraram uma solução. Diante do dilema de se usar uma língua africana entre muitas ou o português, criaram uma terceira via, o guineense, que é justamente uma solução da realidade do país. Ao contrário da situação geográfica do país, a diversidade linguística e cultural da Guiné-Bissau é muito grande. Segundo Intumbo (2007: 2 e 4) em média, a cada 50 ou 60 km, entra-se num território linguístico diferente, quer viajemos para o Norte, Sul, Leste ou Oeste do país. Denota-se uma diferença linguística e cultural entre as regiões. O autor sustenta ainda que o país conta com vinte e duas línguas atualmente, que se distinguem entre dois grupos linguísticos principais: o grupo Oeste-Atlântico e o grupo Mande, ambos pertencentes à família Níger-Congo.

4.1 GÊNESE DO GUINEENSE

O guineense faz parte do grupo das línguas crioulas denominadas de “crioulos da Alta Guiné” que correspondem, para além do guineense, ao cabo-verdiano, falado em Cabo Verde e o crioulo de Casamansa, falado em Senegal. Quanto a sua gênese, existem diferentes hipóteses. Entre elas, há duas mais discutidas: hipótese insular (surgimento nas Ilhas de Santiago, Cabo Verde) e hipótese continental (surgimento nos rios ou praças da Guiné-Bissau). Considerando os fatores ou os aspectos favoráveis à emergência de uma língua crioula, concentrar-nos-emos nas duas hipóteses acerca da gênese do guineense.

A primeira hipótese (hipótese insular) defende que o guineense teria sido formado em Cabo Verde e sendo posteriormente levado para a Guiné-Bissau. De acordo com Silva (1957:31), a afinidade que se pode encontrar entre o crioulo guineense e do cabo-verdiano nas ilhas de Sotavento permite que se forme um grupo dialetológico. O autor argumenta que o guineense não é uma criação resultante diretamente do contacto do indígena com o português, mas sim do crioulo cabo-verdiano de Sotavento levado pelos colonos idos do arquipélago e que, com o tempo, se foi diversificando e adquirindo caracteres próprios, sob influência, das línguas nativas.

Celso Cunha (1981) por sua vez, também abraça a mesma hipótese de Baltasar Lopes da Silva, sustentando que as relações das Ilhas de Sotavento (Cabo Verde) com a Guiné-Bissau foram, de facto, muito estreitas, principalmente no que tange ao comércio de escravos. Portanto, os autores acreditam que a língua crioula da Guiné-Bissau teve a sua gênese na ilha de Sotavento e depois levada pelos colonos para Bissau.

A segunda hipótese (hipótese continental) defende que a gênese do guineense se inicia nos rios ou praças da Guiné, sendo posteriormente levado para a ilha de Sotavento (Cabo Verde). De acordo com Czopek (2011: 8), o guineense surgiu na região dos rios da Guiné, do rio Senegal a Serra Leoa, no início do século XVI e hoje desempenha o papel da “língua de unidade nacional no seio dos guineenses, servindo de instrumento de comunicação entre as variadas populações indígenas”. Na perspectiva desta autora, o guineense teve a sua gênese na própria Guiné-Bissau e mais tarde foi levado para as ilhas de Sotavento com os grandes números de escravos, pois as zonas citadas faziam partes dos primeiros lugares onde os portugueses chegavam ao continente.

Czopek (2011: 9) nos mostra que Jorge Morais Barbosa também discorda da hipótese insular para o surgimento do guineense, afirmando que a presença dos portugueses pôs em contato indivíduos que falavam até dezenove línguas distintas e que se viram impossibilitados

de se comunicar. Esta situação revelou-se propícia ao surgimento dum idioma pidginizante, de onde surgiria o crioulo guineense que teria sido levado posteriormente às ilhas de Cabo Verde.

Segundo a hipótese continental, o contato linguístico entre os portugueses e os povos africanos que falavam mais de duas dezenas de línguas, foi muito antes da formação de povos insulares de Sotavento. Segundo Bull (1989: 69), os portugueses chegaram primeiro às costas da Guiné em 1446 e, só numa das viagens de regresso à Europa, uma das caravelas terá descoberto as Ilhas de Cabo Verde, desabitadas, em 1460. De acordo com o autor, o Arquipélago descoberto serviu depois como um “depósito” de escravos trazidos do continente (onde havia já contatos entre os colonos e os indígenas) através dos lançados, (desertores ou aventureiros) que só tinham que se exilar para o continente africano para suas sobrevivências, fugindo também dos grumetes (africanos auxiliares dos lançados).

De acordo com a terceira hipótese formulada, intitulada como ambígua, postula-se a existência de um crioulo caboverdiano-guineense “formado simultaneamente dos dois lados e com relativa unidade devido às influências mútuas nos dois sentidos” (CZOPEK, 2011: 9).

Sabe-se que havia interesse mútuo de comércio entre os portugueses e os africanos, que almejava uma comunicação de mútua inteligibilidade entre eles, o que colaborou para o surgimento de uma língua crioula. Portanto, por esses fatores, acreditamos que a hipótese continental para a gênese do guineense, ou seja, dum crioulo de base lexical portuguesa, seria mais a provável hipótese do que a hipótese insular.

4.2 CONCEPÇÕES DE LÍNGUA E DIALETO COM RELAÇÃO AO GUINEENSE

Pelo que já discutimos até o momento (sobre a definição de língua e dialeto em 1.1 e 1.3), pode-se depreender que a questão de diferenciação entre o que é a língua e o que é dialeto aponta mais para a direção de questões sociais do que linguísticas, porque não existe um critério que possa fazer essa classificação, o que pode existir na verdade é a questão de uma língua ser privilegiada socialmente, em detrimento da outra.

Tomando como base as concepções de língua e dialeto, pode-se afirmar que o guineense é uma língua natural (como português, francês, inglês, italiano, espanhol, árabe, entre outras), não é, portanto, um dialeto. É uma língua natural que tem todos os recursos linguísticos suficientes para a comunicação do seu utente em todas as circunstâncias linguísticas e discursivas. Em contrapartida, é importante salientar que o guineense se distingue das demais línguas não crioulas, devido as suas duas principais características: o seu

processo de formação sócio-histórico e a sua relação com o português (língua de prestígio na Guiné-Bissau). Contudo, essas diferenças não o classificam como um dialeto.

É inoportuna a ideia de que o guineense é um dialeto, assim como é inadequado definir as línguas crioulas como dialetos, sem gramática, ‘corruptelas’ ou uma mistura de outras línguas, pois não existem evidências empíricas do ponto de vista linguístico que possam classificar o guineense ou qualquer outra língua crioula como um dialeto.

Todo e qualquer juízo sobre o guineense como uma língua ou como um dialeto muitas vezes é construído por uma ordem social, desprovida de caráter linguístico ou científico. Bagno & Lagares (2011: 378) confirma isso quando sustenta que “no caso da Itália, o termo dialeto já não tem sua acepção tradicional nos estudos linguísticos como variedades regionais de uma mesma língua”, o autor salienta que “na Itália, ‘dialeto’ é qualquer forma de falar que não seja a língua italiana.” Se na Itália as línguas não italianas são consideradas como dialetos, pode-se facilmente deduzir que as línguas que são consideradas dialetos são aquelas que não são nacionais-europeias, tendo em vista que é difícil imaginar que alguém considerará a língua alemã, inglesa, francesa, espanhola, portuguesa como dialeto. Essa consideração implica que línguas que não têm o estatuto de línguas oficiais são consideradas como destituídas de culturas literárias como muitas línguas africanas.

O guineense, assim como as demais línguas crioulas, muitas vezes é considerado como dialeto, não porque é uma língua ‘inferior’ por natureza ou como um modo de falar errado em relação às outras línguas naturais, isso tem a ver com a distinção entre língua e dialeto. Tais conceitos faz[em] intervir fatores sociais, e não é uma questão propriamente linguística. Percebe-se que, por fatores sociais, algumas línguas ou variedades linguísticas são apontadas como dialetos e outras como oficiais ou variedades padrões (MANÉ, 2012: 48).

Segundo Mané (2012: 48), modos de falar são sempre associados a prestígio, variedade “bonita” ou variedade “feia”, dependendo das hierarquias sociais em cada sociedade. Desta feita, os conceitos de língua e dialeto se tornam cada vez mais ambíguos por razões preconceituosas e até políticas. O autor sustenta ainda que a classe social mais abastada é sempre detentora da variedade padrão da língua, enquanto os segmentos mais populares, da variedade não padrão. Deste modo, a língua abrangeria uma variedade linguística das grandes cidades, enquanto o dialeto corresponderia à zona rural.

O guineense como maior patrimônio do seu povo não escamoteou este preconceito linguístico, razão pela qual não é alvo de políticas públicas e linguísticas robustas pelo Estado desde a tomada da independência do país até o presente, devido ao grande preconceito nutrido pelos colonialistas portugueses que o chamavam como: “dialeto”, “português mal falado”,

“língua informal”, “língua sem gramática”, “língua de incivilizados”, etc. Desta maneira, muitos guineenses acreditam que o guineense não deve ser língua oficial tampouco instrumento da educação escolar.

Vale salientar que há uma relação de entendimento entre linguistas e as teorias linguísticas de que as línguas naturais são um fenômeno inerente aos seres humanos, de maneira que, não havendo razão para atribuir certo valor que privilegie uma língua ou uma variedade linguística em detrimento de outra, porque as línguas são estruturalmente diferentes (fonologia, morfologia, sintaxe, semântica) e, como línguas, são iguais, isto é, não há ‘melhor’ ou ‘pior’, muito menos “bonita” ou “feia”. Assim, a ideia de classificação de algumas línguas como dialetos e outras, como línguas, é, muitas vezes, resultado do preconceito linguístico.

4.3 A CONCEPÇÃO DOS GUINEENSES SOBRE A SUA LÍNGUA

Para a maioria dos guineenses, quando se fala em “crioulo”, fala-se de uma única língua, ou seja, a língua nacional da Guiné-Bissau. Porém, quando se fala de “língua crioula”, tal termo abrange centenas de línguas. Portanto, quando se fala de crioulo guineense, ou seja, crioulo de Guiné-Bissau, corresponde-se a uma língua crioula, específica e diferente de muitas outras línguas crioulas que existem no mundo.

De acordo com Cardoso, Hagemeyer e Alexandre (2015: 670-674), existem trinta e oito línguas crioulas de base lexical portuguesa que podem ser agrupadas geograficamente em: crioulos da Alta Guiné, crioulos do Golfo da Guiné, crioulos da Ásia Meridional, crioulos do Sudoeste Asiático e crioulos da Ásia oriental. Além dos crioulos de base lexical portuguesa, existem outros de base lexical francesa, inglesa, espanhola e holandesa. Isto torna evidente que as línguas crioulas são muitas e não são as mesmas como parecem para muitos guineenses, por exemplo.

Infelizmente, a teoria de monogenética portuguesa, de corrente superestratista, tem criado um impacto em torno dos estudos de contato, quanto à gênese de línguas crioulas que até mesmo os falantes nativos dessas diferentes línguas crioulas têm a impressão de que essas línguas são as mesmas. Sobretudo os crioulos de base lexical portuguesa, de maneira específica os da alta Guiné, de modo que, até alguns linguistas consideram-nas como dialetos da mesma língua, por razões de inteligibilidade que existe entre elas. Por exemplo, Kihm (1994) argumenta que os crioulos de base lexical portuguesa, falados na Alta Guiné (CAG), nomeadamente: o cabo-verdiano, falado na ilha de Sotavento e em Barlavento (Cabo Verde),

o guineense, falado na Guiné-Bissau, e o crioulo de Casamansa, falado na região de Casamansa (Senegal) são línguas com um elevado grau de inteligibilidade mútua, em particular os dois últimos, que são geralmente considerados dialetos da mesma língua (KIHM, 1994). Diante disso, o objetivo deste trabalho visa desconstruir essa ideia nutrida por correntes como a teoria monogenética, que sustenta uma possibilidade de homogeneização das línguas crioulas, o que é impossível, visto que são distintas. Neste sentido, salientamos que o guineense e o caboverdiano são duas línguas diferentes assim como o português e o espanhol, embora, possam ter uma história etimológica comum, no que diz respeito à partilha de uma herança comum (o latim, no caso do português e o espanhol, e o protocrioulo da Alta Guiné, no caso do cabo-verdiano e do guineense) ou a mútua inteligibilidade, isso não os define como mesma língua ou como dialetos de mesma língua.

De acordo com Tavares (2015:126), “[...] línguas consideradas distintas como o sueco, o norueguês e o dinamarquês [...] seriam mutuamente inteligíveis, uma vez que os falantes das três línguas podem entender-se e comunicar-se com facilidade [...].” Cabe-nos refletir sobre essa questão: o sueco, o norueguês e o dinamarquês são considerados como mesma língua ou como dialetos? Acreditamos que não são, nem serão considerados como mesma língua ou como dialetos. Logo, se o sueco, o norueguês e o dinamarquês não são considerados desse modo, por que considerar o guineense e o cabo-verdiano como uma mesma língua ou dialetos de uma única língua? Qual o critério científico utilizado para essa consideração? Acreditamos que não existem fundamentos consistentes para tal, pois, assim como o sueco, o norueguês e o dinamarquês, mesmo mutuamente inteligíveis, são línguas distintas, não dialetos da mesma língua, da mesma maneira o guineense e o cabo-verdiano são duas línguas, e não dialetos.

Portanto, vale salientar que o guineense é uma língua natural, com sua variação em todos os níveis como qualquer outra língua natural. É uma língua diferente do português, do cabo-verdiano, dentre outras. Não é um dialeto e não existe limitação de recursos linguísticos para os guineenses se comunicarem. É uma língua que não deve às outras línguas em aspecto algum, ou seja, não há nada que, em guineense, não se possa comunicar nem algo que limite ou impeça a comunicação do seu povo.

5 CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS DADOS

A presente pesquisa foi realizada com vinte (20) estudantes de primeiro e segundo semestre do curso de bacharelado em Humanidades da Universidade Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), campus dos Malês. Optamos por trabalhar especificamente com os estudantes de curso de bacharelado em Humanidades, pois os de curso de letras estão mais ligados com a temática através das disciplinas de linguística. A instituição está localizada em São Francisco do Conde, *Campus* dos Malês. O referido *campus* contém doze salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática, uma sala da direção, uma sala de enfermaria, sala reservada aos técnicos, uma quadra desportiva e um restaurante universitário. Os informantes analisados constituem-se de 10 estudantes do sexo masculino e 10 do sexo feminino, todos guineenses (ver Quadro 1). Foram aplicados 20 questionários sobre a língua nacional da Guiné-Bissau (os exemplos dos questionários poderão ser vistos nos anexos deste trabalho) e a língua veículo para a aplicação do questionário ficava a critério do informante, podendo ser português ou guineense, mas todos os informantes preferiram responder em guineense.

Quadro 1 - Informações sociais dos informantes entrevistados

INFORMANTE	FAIXA ETÁRIA	SEXO	SEMESTRE
A	20 anos	Masculino	1º
B	22 anos	Masculino	2º
C	20 anos	Masculino	1º
D	21 anos	Feminino	1º
E	21 anos	Feminino	1º
F	23 anos	Masculino	2º
G	21 anos	Feminino	1º
H	23 anos	Feminino	1º
I	20 anos	Feminino	2º
J	24 anos	Masculino	2º
K	21 anos	Feminino	1º
L	21 anos	Feminino	1º
M	22 anos	Feminino	1º
N	23 anos	Masculino	1º
O	20 anos	Masculino	1º
P	22 anos	Masculino	1º
Q	23 anos	Masculino	1º
R	22 anos	Feminino	1º
S	22 anos	Feminino	2º
T	21 anos	Masculino	1º

De modo geral, com relação aos questionários aplicados a estes entrevistados, houve respostas parecidas e algumas diferentes, por isso algumas respostas merecerão maior destaque e outras menos, em razão ora das semelhanças, ora das diferenças, para fins de análise neste trabalho. Alguns entrevistados, por exemplo, responderam simplesmente “*não sei*” e outros “*não sei explicar*” em algumas questões. Tal situação é compreensível, tendo em vista que buscamos trazer perguntas que não fossem exclusivamente polares ou binárias (quando as respostas podem ser sim ou não). Nosso intuito foi, na medida do possível, e, considerando o curto prazo para execução da pesquisa, desenvolver perguntas que

permitissem ao informante se expressar livremente, dando a sua opinião sem pressões ou julgamentos de valor.

Os questionários foram aplicados em outubro de 2018. Logo antes da aplicação de questionários, solicitamos que os indivíduos pesquisados assinassem um termo de ciência da pesquisa (formulário em anexo). Em seguida, solicitamos aos estudantes responderem as questões de acordo com seus conhecimentos sobre a temática.

Mesmo sabendo com antecedência do questionário, alguns estudantes demonstraram apreensão durante o procedimento, felizmente alguns estavam confortáveis. A maioria das perguntas realizadas no questionário faz parte do universo acadêmico e de convivências dos próprios estudantes guineenses. Esses questionários, portanto, não foram aplicados, nem analisados fora desse aspeto.

5.1 OS QUESTIONÁRIOS E SUAS APLICAÇÕES

Depois da obtenção dos dados, para a organização das informações e suas análises, foram estabelecidas oito tabelas para cada questão, sendo que a primeira tabela se refere à primeira pergunta. Na primeira coluna consta o número da questão, na segunda coluna consta o número de estudantes pesquisados, que denominamos por letras do alfabeto de maneira aleatória. E na terceira e última coluna, consta a resposta conforme pode ser visto na Tabela 1 (a análise dessa tabela e das demais pode ser observada na próxima seção). Nas tabelas que se seguem, constam, no entanto, nas colunas e linhas os seguintes o número da questão, o número de entrevistados, o número referente às respostas e as porcentagens. Denominamos, para fins de análise, como respostas negativas as que não se adequam ao objetivo deste trabalho (rechaçar a visão de que o guineense é uma língua menor ou mesmo um dialeto do português) e de positivas as que se enquadram ao objetivo deste.

De modo geral, os estudantes responderam aos questionários baseando-se na situação sociolinguística da Guiné-Bissau, que diz respeito à realidade de diglossia instaurada há mais de quarenta anos com a independência. As repostas demonstram em geral uma mentalidade por vezes preconceituosa que ao longo do tempo fora fomentada sobre o guineense.

5.2 ANÁLISES DAS RESPOSTAS

Para poder organizar e apresentar os dados tabulados, para que essas informações não fiquem de maneira truncada, será apresentada cada questão seguida de tabela. Após a

apresentação desta, apresentaremos uma análise qualitativa e descritiva de acordo com as respostas dadas pelos entrevistados.

Tabela 1 - “Qual a importância do guineense na sua vida cotidiana?”

Questão	Entrevistados	Resposta	
		Negativa	Positiva
1	20	8	12
Total	100%	40%	60%

Partindo das respostas dadas sobre a primeira questão como se ilustra na Tabela 1, torna-se possível afirmar que alguns entrevistados não dão importância alguma para a língua nacional da Guiné-Bissau, pois, dos 20 entrevistados, 40% deles afirmam que o guineense continua a ser falado com frequência na Guiné-Bissau, porque o país está “*muito atrasado*”, e que “*se os governantes que governaram o país desde a sua independência estivessem interessados no desenvolvimento da Guiné-Bissau, todos os guineenses estariam hoje falando somente o português*”, e que “*ninguém jamais estaria se comunicando em guineense nos centros urbanos do país, a não ser nas tabancas*” (aldeias de zonas rurais).

É interessante destacar a resposta do entrevistado C:

- ***Jubi! Na ña kasa só putugis ku na bata papiadu***

"Olha! Na minha casa (ou no meu lar) só o português será falado."

Em outras palavras, somente o português será a língua de comunicação para esse informante. Ideias como esta e mais outras demonstram como alguns guineenses acham que falar português é sair de um nível social baixo para ir a outro nível social mais alto, é também ser “*mais inteligente, mais capaz, mais prestigiado*”. Isso também demonstra o nível alto de preconceito linguístico, pois os próprios falantes desconhecem o valor da sua língua como símbolo de identidade, de como sua língua pode acarretar sua cultura, considerando de melhor valia uma língua colonial outrora imposta.

Tabela 2 - “O que o guineense representa para você?”

Questão	Entrevistados	Resposta	
		Negativa	Positiva
2	20	14	6
Total	100%	70%	30%

Na Tabela 2, dos 20 entrevistados, 70% deram respostas negativas em relação à segunda questão (o que o guineense representa para você?), pois os informantes alegaram que o guineense tem impedido muitos estudantes de se tornarem proficientes em língua portuguesa. Isto é, o guineense seria, para eles, um dos maiores obstáculos na fluência em português. Também a resposta do entrevistado F merece destaque:

- *Anos i ultimu na PALOP na papia purtugis, jintis ka ta gosta di papia purtugis, so papia kriol tudu ora, te dentru di sala di aula jintis ta fika e na papia so kriol.*

“Nós somos os últimos no PALOP a falar o português, as pessoas não gostam de falar português, só fala o guineense o tempo todo, até dentro de sala de aula, as pessoas ficam a falar o guineense”.

Tal resposta demonstra o quanto a diglossia está não só no imaginário de algumas pessoas, como é uma realidade nas escolas e nos lares em Guiné-Bissau. Infelizmente, contudo, a proposta do ensino bilíngue neste país tem sido cada vez mais difícil de ser implementada para atender a necessidade de todos. A implementação do guineense no currículo escolar foi o alvo da próxima pergunta exposta na Tabela 3:

Tabela 3 - “Você acha que o guineense deveria ser uma língua usada na escola, sendo também uma disciplina curricular? Por quê?”

Questão	Entrevistados	Resposta	
		Negativa	Positiva
3	20	18	2
Total	100%	90%	10%

A terceira questão pareceu uma ofensa para o entrevistado H, pois pelo tom e o gesto na resposta, pode-se perceber como o entrevistado ficou impaciente com a pergunta de maneira que descartou a hipótese de o guineense ser um dia usado no sistema de ensino do país, sendo também uma disciplina curricular. Ele ainda perguntou: “*Por que o Senegal (país vizinho) que é mais desenvolvido que a Guiné-Bissau não adotou outra língua no seu sistema de ensino além do francês?*” Dentre os 20 entrevistados, só 2 deles deram respostas positivas sobre a proposta de um dia o guineense poder ser implementado no sistema de ensino do país.

Para os demais entrevistados a hipótese de implementação escolar do guineense é descartada, eles sustentam que “*o guineense não é uma língua falada em nenhuma parte do mundo, nem é a língua conhecida em outras partes do mundo*”, sendo assim, “*não há a*

importância de usá-la no sistema de ensino do país”. De acordo com estes informantes, a língua ideal para o ensino deve ser uma língua reconhecida internacionalmente, como português, inglês, francês, o que não seria o caso do guineense.

É importante retomar as considerações de Prata (2002: 9) que, depois da sua breve crítica acerca das teorias defensoras da impossibilidade de se estudar ciência com línguas crioulas, pois não houve tempo para “aperfeiçoamento” das mesmas ou porque sua morfologia verbal seria *simples* ou *mutilada*, faltando estruturas e uma fixação de ortografia, apresenta questionamentos a que possivelmente essas teorias não terão respostas científicas para contestação:

Por que não se podem estudar ciências em crioulos? Que evidência empírica terá motivado tal afirmação? Talvez, para começar, não haja livros científicos traduzidos para crioulo? Mas a que é que se deve esse fato? À natureza da língua ou a questões ligadas a políticas linguísticas, a começar pelos governos dos países interessados? (PRATA, 2002: 9)

Assim como não existem respostas plausíveis e científicas para estas questões levantadas por Prata, de igual modo, não existe resposta para os interlocutores guineenses que acham que o guineense não pode ser adotado no sistema de ensino, além de ser oficializado como o português. Portanto, a questão do guineense como língua de ensino ou como língua oficial envolve mais questões de fator social do que propriamente linguístico.

Tabela 4 - “Como falante do guineense, você se considera um falante de uma língua ou de um dialeto? Por quê?”

Questão	Entrevistados	Resposta	
4	20	Língua	Dialeto
		3	17
Total %	100%	15%	85%

No tocante às respostas da quarta questão, somente 3 estudantes dos 20 entrevistados afirmaram que são falantes de uma língua, não de um dialeto. Talvez o reconhecimento do guineense como uma língua para os três tenha a ver com o fato de estarem já no segundo semestre do curso, momento em que as disciplinas e a política da universidade colaboram para o alcance desse reconhecimento, ao passo que os demais afirmam categoricamente que são falantes de um dialeto. Eles denominam o guineense como dialeto sem qualquer argumento que sustente essa denominação, nenhum deles conseguiu explicar de maneira fundamentada a distinção do que entendem por dialeto e por língua.

Alguns simplesmente justificaram que o guineense: “*é um português mal falado*”, “*é um dialeto africano misturado com o português*”. Tomemos como exemplo o entrevistado G que explica da seguinte forma: “*não sei bem explicar o que é um dialeto, porém só sei que o guineense não pode ser considerado como uma língua*” e outros sustentam que um dialeto é “*uma língua sem gramática e dicionário*”.

Levando em conta as respostas dos entrevistados que retiram o guineense da categoria de língua, sem nenhum argumento patente, destituídos de um critério linguístico, chega-se à conclusão de que essa denominação do guineense como dialeto é um reflexo de um preconceito linguístico que fora nutrido há muito tempo sobre as línguas crioulas. Tomando como exemplo a afirmação da cabo-verdiana Almada (1961: 18) “[...] foi precisamente esse carácter quase repentino da adaptação do português na boca dos negros que deu origem a um dialeto, não uma língua”. Afirmações como essa e outras não apresentam evidências linguísticas, mas sim são frutos de fatores histórico-sociais, pois, por um lado os falantes de línguas crioulas de base portuguesa são de países que sofreram a colonização europeia e, por outro, alguns falantes dessas línguas são descendentes de gerações de escravizados, memórias essas que falantes de países como a Guiné-Bissau nem sempre apreciam preservar.

Sobre a quinta questão, como se observa, na tabela 5, todos os 20 entrevistados falam mais de duas línguas, o que demonstra a real situação sociolinguística da Guiné-Bissau, pois a maioria da população guineense fala mais de uma língua, os interlocutores guineenses usam suas capacidades linguísticas em situações favoráveis para o uso de cada idioma.

Tabela 5 - “Quantas e quais línguas você fala? Qual você usa mais? Em que situações você usa cada língua?”

Questão	Entrevistados	Resposta			
5		Línguas	Uso		
	20	+ 2	Escola	Familiar	Outro
Língua			Português	Guineense	
			20	20	X
Total	100%	100%	100%	100%	X
%					

Atualmente na Guiné-Bissau há línguas que só são usadas no contexto familiar, como as línguas autóctones. Alguns entrevistados afirmam que só usam essas línguas para conversar com seus pais ou quando se dirigem às suas aldeias nas zonas rurais e ali as usam para dialogar com seus parentes e conhecidos mais idosos. Há também línguas que são usadas

para a comunicação com vizinhos (em zonas de fronteiras) e estrangeiros como no caso do francês e do inglês.

Quanto ao português, a língua é usada no contexto escolar e em outras situações formais como nas reuniões de coordenadores, nos tribunais, nas rádios e redes televisivas. Todavia, muitas vezes, a comunicação começa em português e termina em guineense. Fazendo análise da realidade sociolinguística do país ou até da vida cotidiana dos próprios estudantes entrevistados, torna-se fácil perceber que o guineense não se compara ao português ou às outras línguas autóctones também em termos de comunicação no país, pois o guineense é a língua que aparece em todos os contextos comunicativos mesmo que indiretamente.

Muitas estratégias governamentais foram usadas no sistema de ensino da Guiné-Bissau no sentido de minimizar o uso do guineense nas escolas, mas sem resultado algum. Mesmo contando com várias oficinas de língua portuguesa, centros culturais de língua de portuguesa e o Instituto Camões, a redução do uso do guineense nas escolas não aconteceu. Portanto, vale a pena questionar por que muitos guineenses, sobretudo os governantes, não atentam para esta realidade? Será que a adoção do guineense no ensino, ou seja, a implementação do ensino bilíngue em larga escala no país, e não apenas em locais pontuais, não atenderia à necessidade dos guineenses no que diz respeito a uma educação eficiente, participativa e, sobretudo, inclusiva?

Tabela 6 - “De que maneira você aprendeu o português e o guineense?”

Questão	Entrevistados	Resposta	
		Português	Guineense
6	20	Escola	Família
		20	20
Total	100%	100%	100%

Com relação à sexta questão todos os entrevistados afirmam que aprenderam o guineense no seio familiar. Contudo, a língua portuguesa é aprendida na escola, sendo o caso de maioria dos guineenses, pois é difícil encontrar situações de falantes em que a língua portuguesa seja língua materna na Guiné-Bissau. Mas, nem por isso o português deixa de gozar de privilégio de ser a única língua oficial do país embora haja muitas línguas no país, incluindo o guineense que é a língua materna e a língua mais falada para a maioria do povo guineense.

Quanto às respostas da sétima pergunta representada na tabela 7, torna-se evidente o quanto o português é língua de privilégio na Guiné-Bissau.

Tabela 7 - “Na sua opinião, que língua pode te ajudar mais na sua vida profissional?”

Questão	Entrevistados	Resposta		
		Português	Guineense	Outras
7	20	15	0	5
Total %	100%	75%	0%	25%

De acordo com entrevistados a língua que pode ajudar na vida profissional é o português. Em relação ao guineense, os informantes sustentam que o seu uso é meramente para relacionamento familiar e para outras situações informais, mas não ajudaria na vida profissional, ou seja, para vida profissional é “*inútil*”, porque, além de não fazer parte do sistema educativo do país, também não existem livros ou grandes obras literárias na língua. Entre os 20 entrevistados, 5 deles apontam outras línguas que podem ajudar na vida profissional como o francês e o inglês referidas na tabela como outras.

Na Guiné-Bissau não existem concursos, muito menos oportunidades de vagas de empregos que exijam o conhecimento no guineense. No entanto, a exigência comum são a língua portuguesa, a língua francesa e a língua inglês. Os critérios de seleção para as vagas de empregos são relacionados diretamente à proficiência dessas línguas. Neste sentido, os entrevistados justificam que o uso do guineense não contribui na vida profissional, por isso alguns até consideram o uso do guineense como um obstáculo na vida dos acadêmicos guineenses.

Para além de saber a língua portuguesa ser considerado um privilégio no país, sobretudo quando se soma ao conhecimento do francês e do inglês, adicionando-se a possibilidade acesso ao mercado de trabalho, ser fluente em língua portuguesa na Guiné-Bissau é ser reconhecido como “*inteligente*” pela sociedade guineense. É comum no país chamarem-se de “*burros*” os professores, políticos, dentre outros que não sejam fluentes em língua portuguesa, ao passo que aqueles que sabem falar fluentemente o português são vistos como “*inteligentes*” e “*acima de média*”. Nesse sentido, os entrevistados demonstram que o guineense precisa ceder espaço para o português e outras línguas internacionais. Eles defendem mais o uso do português, adicionalmente ao francês e ao inglês, não só para atender ao mercado de trabalho, mas também de acordo com a ideia homogênea da sociedade guineense no que diz respeito ao privilégio do português.

Sobre a oitava questão, dentre os vinte entrevistados, quinze deles afirmam que a língua portuguesa é a mais valorizada no país, justificando que, além dela ser a única língua

oficial, é a língua utilizada para situações formais como: no sistema de educação escolar, de produção literária etc. Também dois deles apontam para outras línguas incluindo o português como as mais valorizadas no país.

Tabela 8 - “Para você, que língua é mais valorizada na Guiné-Bissau?”

Questão	Entrevistados	Resposta		
8	20	Português	Guineense	Outras
		15	3	2
Total	100%	75%	15%	10%

Três entrevistados afirmam que o guineense é a língua mais valorizada no país. De acordo com estes, o guineense é mais valorizado do que o português, contudo, para eles, “*se a língua portuguesa fosse valorizada no país, ninguém estaria mais hoje com dificuldade de falar português na capital do país*”. Salientam ainda que a realidade comunicativa guineense evidencia este fato, pois as pessoas não gostam de falar português neste país. Segundo estes, o Estado guineense não valoriza a língua portuguesa por permitir, até hoje, o uso do guineense no parlamento:

- *Para isso, o Estado nunca pensa em investir na formação profissional dos docentes, de maneira que alguns professores apresentam grandes dificuldades em empregar a língua portuguesa e conseqüentemente nós estudantes guineenses também apresentamos dificuldades, porque quando é hora de falar português, quase todo mundo fica “caladinho”.*

De acordo com alguns entrevistados, quem gosta de falar português muitas vezes é visto como *atrevido* ou como *orgulhoso*, podendo levar à perda ou ao afastamento de alguns amigos que não gostam da pessoa que gosta de falar português. Diante disso, algumas pessoas preferem sempre a comunicação em guineense, o que também resulta na *deficiência comunicativa* em língua portuguesa, para a maioria dos entrevistados, porque a fluência na língua exige a prática, mas as pessoas evitam falar português, “*só se fala guineense o tempo todo*”, afirma outro entrevistado.

O entrevistado B salienta que não gosta de escutar as rádios nacionais, porque essas propagam mais o guineense, pois seus maiores programas são apresentados em guineense. Por isso, o informante afirma que gosta mais de escutar a RDP (Rádio Difusão Portuguesa) do que

as rádios nacionais. Escutar rádio é um hábito dos guineenses por causa da escassez de tecnologia de informação, algumas pessoas preferem a rádio RDP, outras, porém, as rádios nacionais devido ao empego do guineense.

Levando todos os dados analisados em consideração, não faz sentido algum manter o cenário de diglossia no país que impede, sobretudo, o guineense que é a língua veicular dos guineenses, a língua que é falada até dentro das salas de aulas, nas sessões parlamentares e em todo contexto comunicativo do país, de ser implementada no sistema de ensino ou de ser oficializada, mantendo-se a língua portuguesa em seu lugar, falada por uma minoria. Ademais, é preciso salientar que o guineense não é um dialeto como muito pensam, mas sim uma língua como qualquer outra língua que existe e não existe nem um fato de natureza linguística que possa impedi-lo de ser adotado no sistema de ensino ou de ser oficializado, o que está em causa é meramente uma questão de natureza política e ideológica.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema de ensino em Guiné-Bissau tem oferecido obstáculos para o sucesso dos seus discentes, tendo em conta a adoção de uma língua minoritariamente falada como o único veículo e instrumento nos bancos escolares do país. Diante disso, este trabalho teve o intuito de discutir, à luz das dificuldades linguísticas vivenciadas pelos estudantes guineenses no sistema de ensino escolar, alguns dos preconceitos linguísticos que cercam a língua nacional guineense, identificando alguns dos fatores que colaboram para a discriminação.

Para isso, através de pesquisa de campo e bibliográfica, aplicamos questionários aos informantes selecionados, a fim de verificar quais as concepções dos guineenses sobre o guineense e de entender se, para seus falantes, o guineense é considerado uma língua ou um dialeto, refletindo as razões que fundamentam uma escolha em detrimento da outra. Nesse sentido, buscamos embasamento teórico que visasse à problematização do guineense como dialeto, assim como abordagens sobre o conceito básico de língua, dialeto e as suas diferenças. Apresentamos as teorias e estudos que contribuem para compreensão das possíveis causas do preconceito linguístico com o guineense e como este preconceito chega aos seus falantes.

Para tanto, o trabalho se dividiu em 4 capítulos. O capítulo 1 aborda o conceito de língua e dialeto e a diferença entre o que é uma língua e o que é um dialeto. Em seguida, no capítulo 2, tratamos de abordagens sobre as línguas crioulas e as principais teorias que discutem a sua gênese. O capítulo 3, por sua vez, apresenta um breve panorama sócio-histórico e linguístico da Guiné-Bissau, o guineense e as principais hipóteses sobre o seu surgimento. O quarto capítulo, por fim, apresenta análises dos dados levantados e o resultado obtido, que pela qual, mostra que o guineense é um dialeto e não deve ser adotado no sistema de ensino.

Portanto, a partir da elaboração deste trabalho, pretendemos enfatizar a importância de algumas teorias como: Saussure (1975), Haugen (1966), Mané (2012), Tavares (2015), Pratas (2002), entre outros que contribuíram para noções gerais sobre o conceito de língua, dialeto, línguas crioulas e suas gêneses e, sobretudo, na compreensão do guineense como uma língua, não um dialeto.

Para estudos futuros, é importante que se dê continuidade às análises que consideram a percepção dos seus falantes em relação a sua língua. Desse modo, é possível identificar as razões para que o preconceito linguístico permaneça mesmo em situações em que uma língua é empregada e tratada como símbolo de integração e identidade nacional como o guineense.

Infelizmente, carregar tamanha representatividade não o eximiu de ser tratado como uma língua de menor valor ou, mesmo, um ‘dialeto’ para alguns. Somente será possível iniciar um combate eficaz contra essa discriminação se, antes de tudo, identificarmos as raízes que sustentam tais ideologias. Portanto, esse foi um dos objetivos do presente trabalho: entender, antes de tudo, o que está por trás de frases de alunos guineenses da UNILAB como *o crioulo [o guineense], para mim, só pode ser um dialeto e dialeto não pode ser ensinado na escola*. Assim, espera-se que esse trabalho tenha contribuído para uma ampliação das discussões sobre o guineense e sua importância como língua nacional não só para o ensino, mas para o cotidiano dos seus falantes.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Maria Dulce de Oliveira. **Cabo verde. Contribuição para o estudo do Dialecto falado no**, 1961.
- ARENDS, Jacques. 1995. **The socio-historical background of creoles**. In: Arends, Jacques; Muysken, Pieter & Smith, Norval (Ed.). *Pidgins and Creoles: na introduction*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company. p. 15-24.
- AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escombro: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Editora Garamond, 2007.
- BAGNO, M. & LAGARES, X. C. **Políticas da norma e conflitos linguísticos**. São Paulo: Parábola, 2011.
- BANDEIRA, Manuele. **Reconstrução fonológica e lexical do protocrioulo do Golfo da Guiné. 2017**. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-05042017-134159/>>. Acesso em: 2018-04-07.
- BARBOSA, José Augusto. **Língua e desenvolvimento: o caso da Guiné-Bissau**. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.
- BIZZOCCHI, Aldo. **A Distância Entre Língua e Dialecto**. Revista Língua Portuguesa, ano 2, n. 14, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.aldobizzocchi.com.br>>. Acesso em: 30 set. 2013.
- BRUN, Auguste. **Parlers régionaux: France dialectale et unité française**. Didier, 1946.
- BULL, Benjamin Pinto. **O Crioulo da Guiné Bissau. Filosofia e Sabedoria**. Lisboa/Bissau: Instituto da Cultura e Língua Portuguesa / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, 1989.
- CANIATO, Benilde Justo. **Língua portuguesa e línguas crioulas nos países africanos**. Via Atlântica, 2002, 5: 127-139.
- CARDOSO, Hugo C.; HAGEMEIJER, Tjerk; ALEXANDRE, Nélia. **Crioulos de base lexical portuguesa**. *Anthologies, textes, attestations et sources des langues romanes*, 2015, 670-692.
- COUTO, Honório Hildo & EMBALÓ, Filomena. **Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau**. PAPIA, Número 20, 2010. THESAURUS, Editora. Universidade de Brasília 2010.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011.
- CUNHA, Celso. **A situação linguística de Cabo Verde e Guiné-Bissau: português e crioulo frente a frente**. Língua, nação alienação, 1981.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luis Filipe Lindley. **Nova gramática de português contemporânea**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

FERNANDES, Márcia Regina. LÍNGUA E DIALETO: uma discussão teórica sobre a variação e o preconceito. **Maiêutica-Estudos Linguísticos, Literários e Formação Docente** 2.1, 2014.

FREITAS, Shirley. **Contribuições linguísticas cabo-verdiana e sefardita na formação do papiamentu**. 2016. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

HAUGEN, Einar. Dialeto, língua, nação. **Norma lingüística**, 2001: 97-114.

HAUGEN, Einar. **The Language Conflicts and Language Planning**. The case of Modern Norwegian. Cambridge: Harvard University Press. 1966.

HOLM, John. 2000. **An Introduction to Pidgin and Creoles**. Cambridge: Cambridge University Press.

INTUMBO, Incanha. Estudo comparativo da morfossintaxe do crioulo guineense, do balanta e do português. Faculdade de Letras Universidade de Coimbra 2007.

KHIM, Alain. Kriyol Syntax: **The Portuguese-based creole of Guinea-Bissau**. Amsterdam/Philadelphia, Benjamins, 1994.

LABOV, William. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 1972.

LAUER, John. **Principles of phonetics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LYONS, John. **Lingua(gem) e linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 1987.
Mané, Djiby. **As concepções de língua e dialeto e o preconceito sociolinguístico**. Revista de Linguística e Teoria Literária • ISSN 2176 (2012): 6800.

MARTINET, André. **Éléments de Linguistique Générale**. Troisième tirage. Paris: Librairie Armand. 1967.

MENDONÇA, de Marques Manuel Abilio. **Estudo onomasiológico do vocabulário da sexualidade em falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro**: Salvador, 2013.

MUYSKEN, Pieter & Smith, Norval. 1995. **The study of pidgin and creole languages**. In: Arends, Jacques; Muysken, Pieter & Smith, Norval (Ed.). **Pidgins and Creoles: an introduction**. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company. p. 3-14.

NASI, Lara. O conceito de língua: um contraponto entre a Gramática Normativa e a Lingüística. Urutágua. **Revista Académica Multidisciplinar** 13, 2007.

PERINI, Mário Alberto. **A gramática gerativa: introdução ao estudo da sintaxe portuguesa**. 2ª ed. Belo Horizonte: Vigília, 1985.

PRATAS, Fernanda. **O Sistema Pronominal do Caboverdiano (variante de Santiago)**. Dissertação (Mestrado em Linguística) — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2002.

RODRIGUES, Rômulo da Silva Vargas. Saussure e a definição da língua como objeto de estudos. **ReVEL**. Edição especial n. 2, 2008. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br].

SARMENTO, L. L. **Gramática em textos**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Trad. Antônio Chelini, José Paulo e Izidoro Beinkstein. São Paulo; Cultrix, 1975.

SAMPA, Jorge Pascoal. **SITUAÇÃO DO ENSINO PÚBLICA EM GUINÉ-BISSAU: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE**. Campina Grande, Vol. 1 Ed. 4, ISSN 2316-1086, Realize editora, 2015, 1-11.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. Editora Cultrix, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística Geral**. 27. Ed. -- Sao Paulo: Cultrix, 2006.~

SCANTAMBURLO, Luigi. **O léxico do crioulo guineense e as suas relações com o português: o ensino bilíngue português-crioulo guineense**, 2013.

SILVA, Baltazar Lopes da. (1957). **O Dialecto Crioulo de Cabo Verde**. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa. University Press, Hong Kong.

TAVARES, Marilze. Contribuições para a discussão das concepções de língua e dialeto: o caso do Guarani e do Kaiowá de mato grosso do sul. **Web-Revista Sociodiaeto**, 2015.

TRUDGILL, Peter. **Dialectology**. New York: Cambridge University Press, 1980.